

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

LEDA MARIA CIELUSINSKI MESQUITA

**A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA
NA SOCIEDADE POLÔNIA (Porto Alegre, 2018)**

Porto Alegre

2018

LEDA MARIA CIELUSINSKI MESQUITA

**A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA
NA SOCIEDADE POLÔNIA (Porto Alegre, 2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências da Informação, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Prof^a Dr^a Vanessa Barrozo Teixeira Aquino.

Porto Alegre

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Opperman
Vice-reitora: Prof^a. Dr^a. Jane Fraga Tutikian

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Diretora: Prof^a. Dr^a. Karla Maria Müller
Vice-diretora: Prof^a. Dr^a. Ilza Maria Tourinho Girardi

Departamento de Ciências da Informação

Chefe: Prof^a. Dr^a. Jeniffer Alves Cuty
Chefe substituta: Prof^a. Dr^a. Eliane Lourdes da Silva Moro

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Rita do Carmo Ferreira Laipelt

CIP – Catalogação na Publicação

M582c Mesquita, Leda Maria Cielusinski

A Criação de um Centro de Memória na Sociedade
Polônia (Porto Alegre, 2018). / Leda Maria Cielusinski Mesquita. -- 2018.
84f. :il. color.

Orientadora: Vanessa Barrozo Teixeira.Aquino

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de

Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia,
Porto Alegre, RS, 2018.

1. Centro de Memória. 2. Cultura polonesa. 3. Preservação de acervos.
4. Sociedade Polônia. I. Aquino, Vanessa Barrozo Teixeira, II. Título.

Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação (FABICO) Departamento de
Ciências da Informação
Rua Ramiro Barcelos, 2705,
Bairro Santana CEP: 90.035-007
- Porto Alegre/RS
Fone: (51) 3308-5067
E-mail: fabico@ufrgs.br

LEDA MARIA CIELUSINSKI MESQUITA

**A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA
NA SOCIEDADE POLÔNIA (Porto Alegre, 2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências da Informação, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Prof^a Dr^a Vanessa Barrozo Teixeira Aquino.

Aprovado em ____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Vanessa Barrozo Teixeira – Orientadora

Prof^a. Dra. Maria Stephanou – Examinadora PPGEdu/FACED/UFRGS

Prof^a. Dra. Ana Celina Figueira da Silva – Examinadora interna

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram, direta ou indiretamente, para que este trabalho fosse realizado e congratulo-me com todas.

Algumas foram fundamentais nesta caminhada, para as quais presto meus agradecimentos:

A Deus, que me sustentou todas as vezes que esmoreci e hesitei.

A meus pais, que já se foram, mas me ensinaram a amar e valorizar a cultura polonesa.

À Sociedade Polônia, na pessoa de seu presidente Sr. Mariano Hossa, que disponibilizou todo o acervo da entidade para a realização desta pesquisa.

À Professora Dra. Maria Stephanou, pelo conhecimento transmitido, pelas indicações e contribuições que engrandeceram esta monografia.

À minha orientadora, Professora Dra. Vanessa Barrozo Teixeira Aquino, pelos momentos de convívio, que não desistiu de mim e muito auxiliou neste trabalho, sempre com ótimas intervenções.

À Professora Dra. Ana Celina Figueira da Silva, por aceitar fazer parte da banca contribuindo na finalização deste trabalho.

A todos, meu muito obrigada!

As três palavras mais estranhas

*Quando pronuncio a palavra Futuro,
a primeira sílaba já se perde no
passado.*

*Quando pronuncio a palavra Silêncio,
suprimo-o.*

*Quando pronuncio a palavra Nada,
crio algo que não cabe em nenhum
não ser.*

Wisława Szymborska (1923-2012)

RESUMO

Este trabalho analisa a viabilidade da criação de um Centro de Memória na Sociedade Polônia, instituição de caráter sociocultural fundada em abril de 1896. Nessa perspectiva, inicialmente apresenta aspectos históricos da imigração polonesa no estado do Rio Grande do Sul e, principalmente, em sua capital, identificando os motivos que levaram os imigrantes poloneses a criarem diversas associações culturais étnicas. É nesse contexto que surge a Sociedade Polônia, entidade com mais de 120 anos de existência na cidade de Porto Alegre, a qual reúne um patrimônio singular ligado à cultura polonesa. Para essa investigação, a pesquisa teve como metodologia um estudo exploratório, com abordagem qualitativa, classificando-se como de natureza básica, por ter o objetivo de complementar e produzir novos conhecimentos, bem como contribuir para solução de problemas. A fim de compreender a trajetória dessa associação e as ações de salvaguarda desse patrimônio, foram utilizados os conceitos de Centros de Memória de GAGETE e TOTINI, (2004), PAZIN (2015) e RIBEIRO (2007), como sendo os setores responsáveis pela definição e aplicação de uma política sistemática de destaque, avaliação, tratamento técnico e difusão, destacando que uma de suas finalidades é a salvaguarda do patrimônio cultural de uma instituição. Centros de Memória, ainda, são espaços físicos destinados à divulgação e acesso aos documentos de modo a oportunizar a produção de conhecimentos. Também foram abordados os conceitos de patrimônio cultural segundo a acepção de CHAGAS (1996) FRATINI (2009), HORTA (2000), e LE GOFF (2003), que o definem como um conjunto de bens e valores, tangíveis e intangíveis, expressos em palavras, imagens, objetos, celebrações e atitudes manifestadas e compartilhadas por uma coletividade, representando a memória e conectados com a ideia de preservação. Por fim, o trabalho conclui, através de análises de diversos pesquisadores, juntamente com os documentos pertencentes ao acervo e ao trabalho que já vem sendo realizado na instituição, que é relevante e viável a implantação de um Centro de Memória na Sociedade Polônia, para que a coleção documental que ela conserva possa gerar e disseminar conhecimentos a toda a comunidade.

Palavras-chave: Centro de Memória. Cultura polonesa. Preservação de acervos. Sociedade Polônia.

ABSTRACT

This work analyses the feasibility to create a Memory Institution at Poland Society, a sociocultural institution that was founded in April 1896. From this perspective, this monograph proposes to present historical aspects of Polish immigration in the state of Rio Grande do Sul, especially in its capital city, identifying the reasons that led Polish immigrants to create several ethnic cultural associations. It is in this context that Poland Society emerged as an entity with over 120 years of existence in the city of Porto Alegre, bringing together a singular heritage focused on Polish culture. This investigation applied as methodology an exploratory study of qualitative approach, classified as basic research, aiming to complement and to produce new knowledge, as well as to contribute to problem solving. In order to understand the trajectory of this association and its actions to safeguard this heritage, the theoretical concepts used were Memory Institution of GAGETE et TOTINI (2004), PAZIN (2005) and RIBEIRO (2007), as the sectors responsible the definition and application of a systematic policy of rescue, evaluation, technical treatment and diffusion, emphasizing that one of the purposes of a memory institution is to safeguard a cultural heritage and that they are physical spaces destined to disseminate and to access this knowledge. The concepts of cultural heritage of CHAGAS (1996) FRATINI (2009), HORTA (2000), and LE GOFF (2003) were also discussed, defining it as a set of tangible and intangible goods and values expressed in words, images, objects, celebrations and attitudes manifested and shared by a collectivity, representing memory and connected with the idea of preservation. Finally, through analyzes of several researchers along with documents that belong to the collection and the work that has been carried out in the institution, the work concludes that the implementation of a Center of Memory in "Poland Society" is relevant and possible, so that the knowledge aggregates can be disseminated to the entire community.

Keywords: Memory Institution. Polish culture. Preservation of collections. Poland Society.

STRESZCZENIE

Badanie to sprawdza wykonalność centrum pamięci w Polsce Society, instytucja społeczno-kulturowe założona w kwietniu 1896. Z tej perspektywy obecny monografia ma na celu przedstawienie aspektów historycznych polskiej imigracji w Rio Grande do Sul państwowy, a zwłaszcza w jego stolicy, identyfikując powody, które skłoniły polskich imigrantów do tworzenia różnych etnicznych stowarzyszeń kulturowych. Właśnie w tym kontekście powstaje Polskie Towarzystwo, podmiot z ponad 120-letnim stażem w Porto Alegre, który łączy unikatowe dziedzictwo kultury polskiej. W przypadku tych badań jako metodologię przeprowadzono badanie eksploracyjne z podejściem jakościowym, zaklasyfikowane jako mające charakter podstawowy, ponieważ ma ono na celu uzupełnienie i wytworzenie nowej wiedzy, a także przyczynianie się do rozwiązywania problemów. Aby zrozumieć trajektorii tego stowarzyszenia oraz zabezpieczenie działań tego dziedzictwa, koncepcje GAGETE ośrodków pamięci i TOTINI były używane, (2004), Pazin (2015) i Ribeiro (2007), w sektorach odpowiedzialnych za określenie oraz stosowanie systematycznej polityki ratowania, oceny, technicznego traktowania i rozpowszechniania, podkreślając, że jednym z jej celów jest ochrona dziedzictwa kulturowego instytucji i które są fizycznymi przestrzeniami przeznaczonymi do ujawnienia i dostępu do tej wiedzy. Zostały również objęte kulturowe koncepcje dziedzictwa Chagas (1996) Frattini (2009), Horta (2000) i Le Goff (2003), które określają ją jako zbiór dóbr i aktywów materialnych i niematerialnych, wyrażone w słowach, zdjęcia obiekty, uroczystości i postawy przejawiane i dzielone przez zbiorowość, reprezentujące pamięć i związane z ideą zachowania. Wreszcie, dokument stwierdza, poprzez analizę kilku badaczy wraz z dokumentami należącymi do kolekcji oraz prac już przeprowadzonych w tej instytucji, co jest właściwe i wykonalne realizacja centrum pamięci w społeczeństwie kraju, dzięki czemu wiedza, którą agreguje, może być rozpowszechniana wśród całej społeczności.

Słowa kluczowe: Centrum pamięci. Kultura polska. Zachowanie kolekcji. Towarzystwo Polska.

LISTA DE ABREVIATURAS

AFP - Agence France-Presse

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FABICO - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OSPA - Orquestra Sinfônica de Porto Alegre

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Kalendarz Polski (1898).....	36
Figura 2: Sociedade Águia Branca (1914).....	37
Figura 3: Grupo de Voluntários da Sociedade Tadeusz Kosciuszko (19__)...	37
Figura 4: Escola Águia Branca (1924).....	38
Figura 5: Estatutos da Associação Polonesa de Auxílio Funeral (1920).....	40
Figura 6: KOŁA MŁODZIEŻY – Círculo da Juventude (1928).....	41
Figura 7: Sociedade Maria Konopnicka (1930).....	41
Figuras 8, 9 e 10: Kalendarz Polski – 1898 e Sr. Feliks Zdanowski.....	42
Figuras 11 e 12: Inauguração da Avenida Polônia (1935).....	43
Figura 13: Entrega da obra em gesso de Chopin (1961).....	44
Figura 14: Monumento à Chopin.....	44
Figuras 15 e 16: Inauguração do busto Nicolau Copérnico (1973).....	45
Figura 17: Concerto OSPA (20/07/1999).....	46
Figura 18: Pianista Rafael Luszczewski e o governador Sr. Olívio Dutra.....	46
Figura 19: Instituição do Dia Nacional da Polônia.....	47
Figura 20: Convite da exposição “Um intrépido polonês em céu brasileiro. O feito extraordinário do aviador Stanisław Skarżyński (1933)”, realizada no Ministério Público, em 2013.....	49
Figura 21: Convite da Exposição João Paulo II nas lentes dos fotógrafos da Agência France-Presse, realizada em 2017.....	50
Figura 22: Convite da exposição “O Marechal <i>Józef Piłsudski</i> e o Centenário da recuperação da Independência da Polônia, realizada em 2018.....	51
Figura 23: Grupo Folclórico <i>Krakus</i> , da Polônia.....	52
Figura 24: Grupo Folclórico Polônia, da Sociedade Polônia.....	52
Figura 25: Vista parcial da biblioteca da Sociedade Polônia (2018)	63
Figuras 26, 27, 28 e 29: Trajes do folclore da Polônia.....	63

Figura 30: Troféus diversos recebidos em disputas esportivas.....	64
Figura 31: Uniformes usados por associados na II Guerra (1939-1945).....	64
Figura 32: Assinatura Termo de Cooperação Científico-Cultural (2018).....	65
Figuras 33 e 34: Alunos na disciplina de Tópicos Especiais em Museografia (2018).....	66
Figuras 35,36 e 37: Alunos na disciplina de Tópicos Especiais em Museografia (2018).....	67
Figuras 38, 39 e 40: Alunos na disciplina de Tópicos Especiais em Museografia (2018).....	68
Figuras 41: Alunos na disciplina de Tópicos Especiais em Museografia (2018).....	69
Figura 42: Ações de conservação preventiva no acervo da Sociedade (2018).....	70
Figura 43: Literatura, autor Gerard Maurycy Witowski, segundo a imagem, impresso em 1918.....	71
Figura 44: Literatura, autor Walter Scott, segundo a imagem, impresso em 1928, em papel trapo.....	71
Figuras 45 e 46: Balajada, Viriato Corrêa, impresso em Curitiba (1929).....	72
Figura 47: Seara Vermelha, Jorge Amado, impresso em Łódź, Polônia (1950).....	72
Figura 48: Livro religioso ilustrado, publicado na Polônia (1888).....	73
Figura 49: Quo Vadis, Henryk Sienkiewicz, publicado na Polônia (1901).....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Poloneses vindos ao Brasil até 1914.....	21
Quadro 2: Escolas polonesas em 1914.....	28
Quadro 3: Escolas polonesas em 1937.....	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 IMIGRAÇÃO POLONESA	19
3 ASSOCIAÇÕES CULTURAIS	31
3.1 SOCIEDADE POLÔNIA.....	39
4 CENTRO DE MEMÓRIA NA SOCIEDADE POLÔNIA: PRESERVAR A HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E A CULTURA POLONESA EM PORTO ALEGRE	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81
ANEXO I - Termo de Cooperação Científico-Cultural	88
ANEXO II - Ficha de identificação	93

1 INTRODUÇÃO

A Sociedade Polônia esteve presente, desde meu nascimento, em diversos momentos de minha vida, pois sou descendente de poloneses, tanto da parte paterna como materna, e aprendi a ter muito orgulho por esta ascendência, seus saberes, sua cultura e a história do povo polonês.

Os imigrantes poloneses se estabeleceram em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em fins do século XIX, em especial no antigo Quarto Distrito da cidade, hoje conhecido como bairro São Geraldo. Logo sentiram a necessidade de congregar os patrícios para que em harmonia e paz pudessem sobreviver e resistir na nova terra, mantendo viva sua língua, cultura e tradições, assim que fundaram, em 1896, uma sociedade com o nome inicial de **Zgoda** (Concórdia).

Para sua instalação, em 1904, adquiriram a propriedade sita à Avenida São Pedro 778, onde inicialmente criaram uma escola étnica, em língua polonesa, para aprendizado das crianças. Enquanto elas tinham aulas, os pais trabalhavam em mutirões, sobretudo nos finais de semana, para construir o prédio da Sociedade *Zgoda* (FIGURSKI, 1976).

Organizaram uma pequena biblioteca com os livros trazidos da Polônia e, em 1902, criaram um grupo folclórico. Em 1904, ocorreu a inauguração da sede que servia à escola, às reuniões e encontros de poloneses, bem como para a prática de esportes, tendo também um grande salão e um palco necessário às apresentações teatrais.

Segundo Stawinski (1976), no período compreendido entre 1875 a 1914 houve grandes levas de imigrantes poloneses ao Brasil e muitos deles se estabeleceram em Porto Alegre. Devemos lembrar que nessa época a Polônia não existia como país, pois estava sob a ocupação da Prússia, Rússia e Áustria (1795-1918). Sendo assim, os imigrantes eram oriundos de diversas regiões da Polônia ocupada e trouxeram consigo diferentes correntes ideológicas¹, justificando a criação de diversas associações culturais na cidade, porém como muitas não possuíam imóvel próprio para suas reuniões, locavam o espaço na Sociedade *Zgoda*.

¹ Progressistas de orientação socialista e católicos conservadores.

Posteriormente, após algumas fusões, nos anos 1930 esta sociedade situada na Av. São Pedro passou a chamar-se Sociedade Polônia e incorporou ao seu patrimônio um considerável e relevante acervo de livros, documentos e materiais iconográficos sobre o país e sobre a cultura polonesa.

A Sociedade Polônia, hoje com 122 anos de fundação, é uma associação civil, sem caráter político ou econômico, tendo por finalidade precípua, estabelecida em seu estatuto social, garantir a manutenção da cultura polonesa viva, em todas as suas formas de expressão, e contribuir para o estudo da imigração polonesa no estado do Rio Grande do Sul (ESTATUTO, 2007). Dessa forma, em 2018, foi firmado um **Termo de Cooperação Científico-Cultural** (Anexo 1) com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, tendo como objetivo principal a conjugação de esforços para o desenvolvimento da pesquisa na área da Educação, História e Ciências da Informação.

Diante dos fatos acima expostos, compreendi que estava diante de uma fonte abundante de recursos que validaria o desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso, no qual procurarei demonstrar a relevância da criação de um Centro de Memória na Sociedade Polônia.

A Sociedade Polônia, apesar de constituir-se como guardiã de um acervo histórico-documental de valor inestimável acerca da imigração polonesa nesta cidade, estado e país, não poderá propagar, por si só, o conhecimento e o valor que detém, pois seu acervo, além de encontrar-se disperso, apresenta condições desfavoráveis de conservação e conseqüente preservação.

O acervo da Sociedade Polônia pode ser considerado como patrimônio cultural, afinal, conforme Horta, o patrimônio cultural de uma instituição “se manifesta como um conjunto de bens e valores, tangíveis e intangíveis, expressos em palavras, objetos, monumentos e sítios, ritos ou celebrações, hábitos e atitudes” (HORTA, 2000, p.29).

O patrimônio cultural da Sociedade Polônia é rico em informações e significados, sendo que seu acervo abrange diversas áreas das Ciências da Informação, bem como outras áreas, como as Ciências Humanas e Sociais aplicadas e necessita de um processamento técnico específico para sua efetiva

preservação, ações que poderão ser melhor distribuídas e organizadas a partir da implantação de um Centro de Memória.

Cabe destacar que um Centro de Memória possui características de arquivos, bibliotecas e museus, sem se identificar inteiramente com nenhuma dessas modalidades organizativas. Nessa mesma linha, podemos afirmar que a salvaguarda do patrimônio histórico-cultural de uma instituição é finalidade comum em bibliotecas, arquivos, museus e centros de memória, que são espaços físicos destinados também à divulgação e acesso a esse conhecimento. Decorre dessas sintonias o entendimento de que a caracterização institucional da ação patrimonial da Sociedade Polônia como Centro de Memória demonstrará que sob essa modalidade organizativa mais ampla, poder-se-á abarcar as estruturas antes mencionadas, além de integrá-las, a par de suas especificidades, como um conjunto coerente, inter-relacionado e complementar com vistas à valorização e atenção específica às variedades patrimoniais da Sociedade.

Assim, diante do acima exposto, podemos inferir que o problema desta pesquisa será evidenciar: qual a relevância da criação de um Centro de Memória para a Sociedade Polônia.

Para resolvermos o problema da pesquisa, este trabalho tem por objetivo geral propor a viabilidade de criação de um Centro de Memória na Sociedade Polônia para, através dele, torná-la um espaço de preservação e repositório acessível de informações sobre a cultura polonesa e a história da imigração polonesa no Brasil. Por conseguinte, esse estudo visa: apresentar a definição conceitual de um centro de memória; realizar um diagnóstico sobre a situação do acervo existente na Sociedade Polônia que indique a necessidade da criação de um centro de memória; identificar a importância da preservação do patrimônio histórico e cultural de uma instituição centenária como a Sociedade Polônia; indicar ferramentas que apoiem a pesquisa para acadêmicos e estudiosos de diferentes áreas do conhecimento; apontar recursos que facilitem a divulgação do centro de memória e propiciem a disseminação do seu patrimônio cultural ao público.

No que diz respeito às questões metodológicas, esta pesquisa se caracteriza como de natureza básica, por ter o objetivo de complementar e

produzir novos conhecimentos, bem como contribuir à solução de problemas e desenvolvimento da Ciência da Informação². Por seu objetivo, a pesquisa se classifica como exploratória, uma vez que esta segue uma aproximação ao problema para que se tornem explícitos e se esclareçam conceitos fundamentais.

A pesquisa se valerá, preferencialmente, da pesquisa bibliográfica, método comum nas pesquisas de objetivos exploratórios. De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica permite um panorama mais amplo em relação à pesquisa direta, e muitas vezes ela constitui o único meio de realização de certas pesquisas sociais.

Quanto à abordagem, a pesquisa será qualitativa, face à impossibilidade de quantificação e análise estatística dos dados coletados. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa se ocupa dos significados, motivos e aspirações das coisas, busca compreender um grupo social ou uma instituição, bem como a dinâmica de suas relações. O *corpus* documental será constituído por documentos do acervo da Sociedade Polônia e por publicações específicas que versem sobre o tema.

O texto está estruturado da seguinte forma: o segundo capítulo apresenta um breve histórico da imigração polonesa no estado do Rio Grande do Sul, principalmente na cidade de Porto Alegre.

O terceiro capítulo aborda uma sucinta explanação sobre a criação das primeiras associações polonesas e a contextualização histórica da Sociedade Polônia, desde a sua fundação, suas finalidades e atividades.

O quarto capítulo aborda o embasamento a partir de uma discussão teórica sobre os Centros de Memória, sua importância na preservação dos acervos e tratamento da informação e as suas semelhanças e diferenças face a bibliotecas, arquivos e museus. Assim também, analisará a relevância da criação de um Centro de Memória junto à Sociedade Polônia, suas potencialidades e desafios, tanto na área de pesquisa, quanto na conservação/preservação de seu acervo documental.

² A Ciência da Informação tem o objetivo de analisar o processo de informação desde a sua formação até o processo em que os dados são transformados em conhecimento.

2 IMIGRAÇÃO POLONESA

A imigração é um fenômeno presente no mundo desde os tempos remotos, constituindo-se pela mobilidade humana universal, que ocorre por diversos motivos, políticos, econômicos, religiosos e culturais, entre outros. Pode ser definido como o movimento de entrada de estrangeiros em um país de forma temporária ou permanente.

De acordo com Rocha e Trindade (1995), emigrar significa deixar a pátria ou a terra própria para se deslocar, refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em outro país. O emigrante, normalmente deixa seu país por falta de condições de ascensão social ou exercício da liberdade, tornando-se o imigrante em outro país, percebido como oferecedor de possibilidades de melhoria de vida.

A imigração polonesa para o Brasil se desenvolveu a partir de 1870, acompanhando as correntes migratórias das demais nacionalidades, quando milhares de pessoas buscaram melhores condições de vida em outros países. Embora haja registros de imigrantes poloneses antes desse período, em 1869, que acompanharam a onda migratória alemã, os maiores movimentos migratórios da Polônia ocorreram no final do século XIX e início do século XX (DEMBICZ; SMOLANA, 1993). Segundo Oliveira (2009):

[...] o ano de 1870 caracteriza o início da emigração polonesa ao Brasil, a Polônia não existia como país independente. Seus territórios, desde fins do século XVIII, estavam divididos entre os impérios Austro-Húngaros, Russo e Prussiano. Essa partilha durou até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, englobando assim o período mais importante da imigração polonesa para as Américas (EUA, Argentina e Brasil) (OLIVEIRA, 2009, p. 222).

A maior onda da imigração polonesa para o Brasil ocorreu, no entanto, no período de 1880 a 1914. A este respeito, Ruy Wachowicz informa:

Nos fins da década de 1880, encaminhava-se o Brasil para a abolição da escravidão africana em seu território. Afligiam-se os grandes proprietários de fazendas de café com o espectro da falta de mão-de-obra em suas fazendas. Sendo esse o principal produto da economia nacional, grandes seriam os reflexos negativos de tal medida. A política imigratória, então adotada pelo Brasil, possuía dois objetivos básicos:

1 – Criar núcleos coloniais, principalmente nos estados meridionais (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a fim de organizar sólidos núcleos de produção agrária de subsistência.

2 – Obter numerosa mão-de-obra para as fazendas de café, notadamente para as de São Paulo (WACHOWICZ, 1970, p. 29-30).

Conforme Kazimierz Gluchowski (2005), este período (1880-1914) foi o de maior fluxo de imigrantes das terras polonesas, recebendo a denominação de "Febre Brasileira". Além de poloneses, outros grupos étnicos emigravam também em grande proporção. A propaganda das políticas de colonização do governo brasileiro nestes países estimulava os poloneses a emigrar para o Brasil. Abriram-se agências de recrutamento de imigrantes em Portugal, Itália, Áustria, Alemanha, pelos emissários conhecidos por "agentes", que estimulavam a população para migrar (WACHOWICZ, 1970).

O movimento migratório foi condicionado à ação dos emissários de companhias de navegação e do governo brasileiro, encontrando terreno fértil na Polônia diante da difícil situação política e econômica. Para promover a vinda de europeus para o trabalho agrícola em terras brasileiras, as companhias migratórias divulgavam as vantagens oferecidas pelo sistema de imigração brasileiro, o que facilitava e atraía um maior fluxo do excedente da população rural, camponeses das aldeias polonesas (GRONIOWSKI, 1972).

Segundo Wachowicz, o governo brasileiro:

Assinou contratos com várias companhias de navegação oceânica, no sentido do pagamento "per capita" dos imigrantes desembarcados no Brasil. A taxa paga pelo governo brasileiro variava de adulto para criança. Para facilitar mais ainda o recrutamento do colono na Europa, o governo brasileiro comprometeu-se a pagar a passagem transoceânica para quem quisesse vir radicar-se no Brasil. Tal ônus, arcado pelo governo brasileiro foi empregado, pela primeira vez, na chamada grande imigração, que compreende o período referente do final do século XIX até a 1ª Grande Guerra mundial (WACHOWICZ, 1970, p. 30).

De acordo com Stawinski (1976), as companhias de navegação marítima, aliadas aos agentes de recrutamento de migração especializados em campanhas publicitárias, provocaram na Europa uma intensa propaganda migratória, muito bem arquitetada e, além disso, acrescida de pormenores, fruto da imaginação popular, atingiram a meta desejada, contagiando, em cheio, aos proletários poloneses com a tal "febre migratória brasileira".

No Rio Grande do Sul, em 1824, primeiramente vieram os colonos germânicos e, em 1875, iniciou-se a imigração italiana e a chegada de

agricultores poloneses, a princípio em pequenos grupos e posteriormente em grande escala. Segundo Gardolinski (1958) e Gluchowski (1923/2005), a imigração polonesa no Brasil, intensificou-se entre os anos de 1886 a 1894 e entre 1908 a 1914.

Delimitar um número exato ou aproximado de imigrantes poloneses que emigraram para o Brasil é temerário, pois não dispomos de elementos que permitam determinar sua totalidade. Segundo as estimativas, o número de poloneses que chegaram ao Brasil, no período de 1875 até 1914, atingiu a 104.196, conforme observamos no quadro abaixo:

Quadro 1 – Poloneses vindos ao Brasil até 1914

Período	Nº. de pessoas
Até 1889	8.080
1890-1894	64.786
1895-1900	6.600
1901-1914	24.730
Total	104.196

Fonte: GLUCHOWSKI, 1923/2005, p. 45.

Fundamentados em estimativas gerais, Malczewski (1998) e Gardolinski (1958) sustentam que, até a década de 1920, o número aproximado de poloneses que vieram para o Brasil teria sido de mais de 100 mil pessoas. Do final da Primeira Guerra Mundial até 1938 imigraram mais 41,2 mil poloneses para terras brasileiras.

Os maiores contingentes se estabeleceram na Região Sul do país, com predomínio do Paraná, seguido pelo Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Vale ressaltar que existem comunidades de imigrantes poloneses nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, porém em menor número.

Para Stawinski (1976), devemos insistir que a vinda dos imigrantes poloneses, sobretudo para o Rio Grande do Sul, caracterizou-se mais como uma espécie de tentativa de fuga do que como uma imigração propriamente dita. Empolgados com a propaganda migratória, os poloneses, que andavam desalentados com a situação opressiva em sua terra natal, não hesitaram em desfazer-se de tudo e, “às cegas”, lançaram-se à onda da emigração, sem

prever os riscos a que se expunham. Diversos são os relatos apresentados por historiadores que pesquisam a história da imigração polonesa no Brasil, e abaixo transcrevemos o depoimento de um imigrante polonês concedido a Ruy Wachowicz (1970):

Nesse tempo, o Brasil aceitava imigrantes em grande quantidade. Em toda a nossa região uma certa companhia marítima alemã enviou agentes com o fim de fazer propaganda do embarque para o Brasil. Prometiam montanhas de ouro e incitavam a população a emigrar. Diziam que no Brasil não havia necessidade de trabalhar e que lá se andava com sapatos de seda, sem falar no resto da roupa, pois sendo o país de clima quente, a preocupação com isso era menor [...] (WACHOWICZ, 1970, p.34).

As razões da imigração polonesa, em sua diversidade, estão atreladas à própria história da Polônia. O país passava por momentos de instabilidade, o que reforçou a cobiça dos povos vizinhos, resultando em um novo cenário de submissão e imigrações. Desde 1795, a Polônia fora riscada do mapa das nações independentes, só recuperando sua autonomia em 1918³, pois seu território foi desmembrado entre a Áustria, a Rússia e a Prússia. A nação polonesa estava privada de sua autonomia política, econômica, cultural e religiosa, uma vez que estas três potências puseram em ação um lento e progressivo processo de *despolonização*. Enquanto a Prússia e a Áustria, no anseio de germanizar a população polonesa, proibiram o uso da língua polonesa nas escolas, igrejas e repartições públicas, a Rússia tomava medidas mais drásticas, fechando as escolas primárias, vetando aos estudantes poloneses o acesso às escolas de ensino superior. Estabeleceu-se um ambiente de perseguição, opressão e ostracismo para os poloneses, restando buscar a liberdade através da emigração.

Em razão desse processo de *despolonização*, muitos imigrantes que chegaram nesse período vieram com passaportes de outras nacionalidades, dificultando as pesquisas sobre os dados numéricos da imigração desta etnia no Brasil.

Em 1870, chegaram os primeiros grupos organizados de imigrantes poloneses em Brusque, Santa Catarina, seguindo depois para diversas

³ Em 11 de novembro de 1918, a Polônia recupera sua independência. Essa conquista ocorreu após 123 anos sob domínio de outros países.

localidades no Paraná, sendo este último o Estado com maior número de imigrantes poloneses no Brasil.

O marco inicial da imigração polonesa no Rio Grande do Sul pode ser considerado o ano de 1875, conforme Stawinski (1976), quando um grupo de imigrantes suíço-franceses e prussianos poloneses fixaram domicílio na Linha de Azevedo Castro, na Colônia Conde d'Eu, entre os municípios de Garibaldi e Carlos Barbosa. Stawinski coletou essas informações em diferentes documentos, como um mapa estatístico de 1884, onde consta a relação de 105 nomes poloneses de 26 famílias ditas prussianas, por serem provenientes de região ocupada pela Prússia. O autor, também, buscou pistas nos registros de batizados, casamentos e óbitos da então Freguesia São Pedro de Conde d'Eu, os quais trouxeram a indicação textual de poloneses com a anotação de que eram originários da Prússia.

Após a Proclamação da República, em 1889, o governo brasileiro comprometeu-se a custear as despesas de travessia do oceano aos agricultores que quisessem vir para o Brasil. Tal vantagem fez com que muitas famílias polonesas preferissem o Brasil a outros países. Tais famílias, diante desse fluxo imigratório, não tiveram a devida preparação psicológica, nem tampouco informações sobre as condições de vida que iriam encontrar em sua nova pátria. Vieram para o Brasil de modo espontâneo, influenciadas pelas propagandas da época. Depararam-se com uma outra realidade: em vez de um “paraíso terreal”, encontraram aqui apenas florestas e barrancos (peraus).

As motivações de emigrar estavam relacionadas às condições de vida existentes e na expectativa das mudanças apresentadas pelas propagandas. Para Kula (1996), havia três motivos que atraíam os emigrantes poloneses para o Brasil: o primeiro era a possibilidade de posse de terras, pois havia a ideia de que no Brasil poderiam ser proprietários rurais, o que lhes oportunizaria a emancipação social. O segundo motivo era a possibilidade de ter maior liberdade social em relação às restrições impostas tanto à língua, à religião e às questões agrárias vigentes nesse período nos territórios poloneses dominados. O terceiro motivo era a representação de democracia supostamente existente no Brasil, onde o emigrante poderia viver com mais dignidade, sem ser subjugado.

Segundo Stawinski (1976), os maiores grupamentos que vieram para o Brasil partiram dos portos de Bremen e de Hamburgo, na Alemanha. Outros grupos partiram dos portos de Trieste e Gênova, na Itália e de portos da Holanda e da Bélgica.

O embarque era demorado, precisavam esperar dias ou semanas nos portos à espera dos navios, juntamente com emigrantes de diversas nacionalidades. Ainda Stawinski (1976) informa que aqueles que não conheciam o idioma alemão, eram induzidos por exploradores a adquirir artigos supérfluos que hipoteticamente seriam necessários no Brasil. Como antes mencionado, as companhias de navegação recebiam do governo brasileiro um pagamento por cada pessoa trazida ao Brasil. O indivíduo emigrante era considerado uma mercadoria, e quanto mais pessoas, maiores eram os lucros das companhias de navegação e colonização. Para Stawinski (1976):

[...] antes do embarque, a Companhia elaborava a lista nominal dos passageiros, discriminando-os em três grupos: de 12 anos de idade para cima, de 8 a 12 e de 8 anos para baixo [...] pelo transporte de cada emigrante de 12 anos para cima, as companhias de navegação recebiam o valor de 75 mil réis; por um menor de 8 a 12, a metade dessa quantia; e, finalmente, por uma criança de idade inferior a 8 anos, um quarto da mesma quantia. Não raro tem acontecido que a ganância levara os agentes da Companhia a incluir na lista dos passageiros de 12 anos para cima, crianças que ainda não tinham atingido essa idade (STAWINSKI, 1976, p. 24).

Após estes procedimentos, as famílias eram instaladas nos porões de terceira classe, acomodadas de qualquer jeito e sem nenhum conforto, além da superlotação. A travessia do Atlântico durava mais de vinte dias e todos padeciam de grandes apreensões com relação às incertezas do seu destino. Chegando ao Rio de Janeiro, na Baía da Guanabara, os imigrantes eram diretamente transportados do navio para a Ilha das Flores (Rio de Janeiro), onde deviam passar a quarentena, aguardar a sua designação, sendo alojados nos barracões dos Imigrantes. As acomodações eram rudimentares e o clima tropical era diferente do que estavam acostumados. A falta de higiene nos barracões provocava, não raro, surtos de febre amarela, que levavam à morte de dezenas de crianças. Em compensação, a alimentação era abundante: arroz, feijão, carne, pão e café.

Segundo Hempel (1973), após a estada na Ilha das Flores, havia duas

opções de escolha do lugar para o imigrante: ou serem levados para trabalho nas fazendas de café (São Paulo), ou serem transportados para as colônias do Sul do Brasil. Os recém-chegados, através de contatos com aqueles que vieram antes, e que saíam dos cafezais, eram desestimulados a optar pelo trabalho nas fazendas de café. Era-lhes informado que os fazendeiros mantinham os trabalhadores em condição análoga à escravidão, com falta de pagamento e em péssimas condições de alojamento, sendo que, muitas vezes, as antigas senzalas serviam de acomodação para as famílias.

Assim, a maior parte das levas de poloneses preferiu deslocar-se à Região Sul na expectativa de tornarem-se proprietários de terras. Operários que possuíam alguma profissão ou que eram qualificados, eram procurados para trabalhar em fábricas, tanto no Rio de Janeiro como em Porto Alegre.

Os imigrantes poloneses, que optavam em dirigir-se às colônias já existentes, eram embarcados nos vapores da Companhia Nacional de Navegação, do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul, viagem que demorava uma semana e, normalmente, entravam no Estado pelo porto de Rio Grande. Alguns imigrantes se estabeleceram na cidade de Rio Grande, outros seguiram à cidade de Pelotas, mas a maioria seguiu em barcos menores para Porto Alegre. Na capital gaúcha, os imigrantes eram hospedados num edifício, localizado na zona sul, destinado a acolhimento, permanecendo ali por alguns dias para depois serem encaminhados para as colônias.

Nos primeiros tempos da colonização polonesa, era comum, após o contato com a colônia ou depois de algum tempo, o abandono dos lotes em busca de terras melhores e, inclusive, o retorno para Porto Alegre, albergando-se na Hospedaria Cristal em busca de repatriação. As causas do abandono das colônias estão associadas às condições dos lotes para os quais eram designados e que ficavam aquém das expectativas da propaganda imigratória realizada na Europa. Cabe destacar que essa situação não ficou restrita aos poloneses. Alguns imigrantes poloneses foram enviados para o Rio de Janeiro para serem repatriados. Mas, em virtude do receio de que essa situação viesse a causar uma péssima imagem do Brasil na Europa, muitos desses imigrantes foram enviados para outras colônias no Paraná, Santa Catarina ou Espírito Santo.

Inúmeros imigrantes que chegaram ou que retornaram das colônias para Porto Alegre, permaneceram nesta cidade. Muitos possuíam profissões urbanas e procuraram desenvolver suas atividades na indústria ou em pequenos negócios. Segundo o almanaque “*Kalendarz Polski*”, de 1898, editado e impresso em Porto Alegre, havia aproximadamente 400 famílias de imigrantes poloneses que formavam um importante núcleo na capital.

Wonsowski (1976) informa que, após a estada na Hospedaria Cristal, aqueles que não permaneceram em Porto Alegre, foram enviados para São João do Montenegro e, neste local, era realizada a redistribuição desses imigrantes para outras colônias. Antes de 1890, os imigrantes poloneses seguiam às colônias já habitadas por assentamentos de imigrantes italianos. O percurso até São João do Montenegro era feito em embarcações pelo Rio Caí, depois em botes seguiam até o porto de São Sebastião do Caí, e daí iam a pé por trilhas em meio à mata fechada até às Colônias Conde D’Eu e Dona Isabel.

Em razão da ocupação total dos lotes da Colônia Conde D’Eu e Dona Isabel, os imigrantes poloneses foram encaminhados para outras partes do Estado, sendo que, após 1890, a imigração em maior contingente se desenvolveu formando núcleos mais homogêneos.

Não há uma estatística real e satisfatória quanto ao número de imigrantes poloneses que ingressaram e se fixaram no Rio Grande do Sul, pois como visto anteriormente, muitos foram registrados na entrada no Brasil, com a nacionalidade do país que à época dominava a sua região na Polônia. As estatísticas apresentam números de austríacos, russos e prussianos, quando efetivamente se tratava de imigrantes que se reconheciam como poloneses, porém em domínio de outras nações.

Considerando o número de imigrantes e a localização dos núcleos de imigração polonesa que constituíram comunidades homogêneas e com significativa manifestação de traços culturais, estabelecidas de acordo com estatísticas expostas por autores como Gardolinski (1958), Stawinski (1976), e Gluchowski (1923/2005), é possível afirmar que a distribuição dos núcleos coloniais ocorreu em quatro regiões distintas:

1ª – Localizada entre o litoral e a Serra do Sudeste, abrangendo as cidades de Rio Grande, Pelotas, Dom Feliciano, Mariana Pimentel, Camaquã, Barão do Triunfo, Santo Antônio da Patrulha e Porto Alegre.

2ª – Região da Serra Gaúcha, compreendendo as localidades de São Marcos, Antônio Prado, Veranópolis, Santa Tereza, Santa Bárbara, Bento Gonçalves, Guaporé, Casca, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Vista Alegre do Prata e arredores.

3ª – Planalto e Vale do Uruguai, incluindo os municípios de Erechim, Getúlio Vargas, Gaurama, Carlos Gomes, Áurea, Dourado, Balisa, Marcelino Ramos, Lajeado Valeriano, Barão do Cotegipe e Aratiba, dentre outras cidades menores.

4ª – Região das Missões, abrangendo as cidades de Santo Ângelo, Ijuí, Santa Rosa, Guarani das Missões, Três de Maio, Tucunduva e outras localidades.

Como acima exposto, as estatísticas baseadas nos registros oficiais não representam de maneira segura e confiável tanto quanto ao número de imigrantes poloneses que ingressaram no país, bem como quanto a sua escolaridade.

De acordo com Maria Stephanou (2017),

[...] os registros oficiais disponíveis apontam que, à época, as escriturações incorriam em dois equívocos significativos, donde decorre uma dificuldade adicional: os dados relativos ao idioma de origem e o grau de escolaridade são duvidosos, quando não incorretos. Por exemplo, não podemos estabelecer uma língua única para caracterizar a língua materna dos imigrantes poloneses, assim como a indicação de analfabeto inscrita no passaporte pode ter se tratado, unicamente, do não domínio do idioma russo ou do alemão (STEPHANOU, 2017, p. 397).

Concluimos, dessa forma, que não é possível delimitar com exatidão a localização dos contingentes e dos núcleos de imigração polonesa, devido à imprecisão dos dados censitários da época, em parte imprecisos face ao quadro geopolítico da Polônia, pois a ocupação do território polonês, em diversos momentos, pela Áustria, Alemanha, Prússia e União Soviética,

originou o processo de *despolonização*, acarretando na dificuldade de informação sobre os registros de entrada desse grupo étnico no Brasil.

É significativo ressaltar que diversas cidades, como Áurea, Dom Feliciano, Guarani das Missões, entre outras, tiveram suas origens a partir da concentração de habitantes poloneses. Inicialmente as famílias ficavam em determinado território e aos poucos sucederam movimentos migratórios dentro dos Estados, fazendo com que os poloneses se organizassem em outras cidades. Por esta razão, é possível constatar a influência dos poloneses e seus descendentes na organização de diversos municípios da Região Sul do país.

Conforme Gardolinski (1958), uma das características de organização desse grupo étnico é que eles procuravam agrupar-se em torno de uma capela, uma sociedade cultural e uma escola, passando a unir seus esforços, ideias e sua própria razão de ser. Em geral, houve, por parte destes imigrantes, uma forte disposição para a formação de comunidades relacionadas à preservação de sua identidade e cultura étnica e à necessidade de construção de laços sociais e culturais na nova terra.

Seguindo sua lógica própria, criaram o que podemos designar como escolas-sociedades que consistiram na primeira manifestação coletiva da cultura do imigrante polonês no Brasil. Além da alfabetização dos filhos e do ensino da matemática, também era dada ênfase ao teatro e ao esporte.

Conforme Wachowicz (1999), as escolas polonesas cresceram e se desenvolveram de maneira notável conforme indicam os quadros seguintes:

Quadro 2: Escolas polonesas em 1914:

Estado:	Escolas:	Alunos:
Paraná	46	1.860
Rio Grande do Sul	17	425
Santa Catarina	9	180
São Paulo	1	?
Total	73	2.465

Fonte: WACHOWICZ, 1999, p. 22.

Quadro 3: Escolas polonesas em 1937:

Estado:	Escolas:	Alunos:
Paraná	167	6.296
Rio Grande do Sul	128	4.560
Santa Catarina	51	1.326
Espírito Santo	2	42
São Paulo	1	43
Total	349	12.283

Fonte: WACHOWICZ, 1999, p. 23.

No âmbito da História da Educação, cabe mencionar que, em 1938, ao instituir o Decreto-Lei nº 406⁴, Getúlio Vargas inviabilizou o funcionamento de escolas étnicas no Brasil. O artigo 85 deste decreto estabelecia que o ensino de qualquer disciplina devesse ser ministrado em Língua Portuguesa, sendo vedado o ensino de línguas estrangeiras a menores de quatorze anos. Também decretava que os livros didáticos seriam escritos exclusivamente em Língua Portuguesa, com obrigatoriedade do ensino de História e de Geografia Brasileira para as crianças (BRASIL, 1938).

Para minimizar a distância de sua pátria e romper o isolamento, os imigrantes poloneses fundaram diversas associações recreativas, as quais tinham como principais finalidades: comemorar datas importantes, organizar eventos de recreação e lazer, recepcionar autoridades e proporcionar oportunidades para que eles mesmos e seus filhos pudessem encontrar-se com seus patrícios e divertir-se, bem como manter viva sua polonidade.

De acordo com Kawka (1982, p. 19, apud FERRAZ, 2007, p. 68), a palavra polonidade, do polonês *polkość*, surgiu no contexto sócio-histórico dos nacionalismos europeus do século XIX. Salientamos mais uma vez que a Polônia, neste período, não existia como país, pois se encontrava sob o domínio russo, alemão e austríaco, e, posteriormente, sob o Império Austro-Húngaro. Assim sendo, sem existir como estado com capacidade de promover um sentimento de pertença nacionalista, desenvolveu-se um nacionalismo polonês singular, constituído por características diferenciadas, tendo como objetivo final a restauração da independência da Polônia.

⁴ BRASIL. Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 4 maio 1938. Seção 1, p. 8494.

Atualmente, polonidade está associada ao processo de etnização e promoção de sentimentos de pertença. Segundo Slodkowski (2013), são marcas identitárias e representações sociais que formam a constituição da identidade dos descendentes. A autora destaca que esse discurso é legitimado pela tríade igreja-escola-associação que afirma a fé católica, ensina a língua polonesa e propaga costumes em clubes voltados a isso. Assim, compreende que a polonidade emerge como representação de discursos acerca das etnicidades polonesas que se constituíram historicamente no curso da imigração polonesa ao Brasil. No entendimento de Almeida e Zanini (2013, p. 163), a polonidade compreende também o “[...] pertencimento ao mundo polonês, vislumbrado por meio de narrativas, símbolos e uma série de elementos [...]”.

Nessa perspectiva emergem a criação de espaços próprios de convívio, educação, fé e lazer, os quais, segundo Stephanou (2017),

[...] encontravam-se articuladas às associações culturais e religiosas, cujas atividades variadas envolviam a criação de bibliotecas permanentes e ambulantes, a produção e difusão de materiais impressos em língua polonesa – de livros didáticos a obras de poesia, boletins, panfletos políticos, breviários religiosos – [...] (STEPHANOU, 2017, p. 402).

No Rio Grande do Sul, diversas associações foram criadas, em 1896, em Porto Alegre, a Sociedade *Zgoda* (Concórdia) e a Sociedade Águia Branca, em Rio Grande a Sociedade Recreativa e Beneficente Águia Branca (*Białego Orzła*), em 1900, também em Porto Alegre a Sociedade Tadeusz Kosciuszko.

No próximo capítulo, a criação de associações culturais polonesas será abordada de forma mais específica, com ênfase na Sociedade Polônia de Porto Alegre. Afinal, essas entidades foram fundadas com o intuito de preservar a cultura polonesa no Brasil, ao mesmo tempo em que conservam a manifestação de sua presença étnica, interagem, absorvem e integram a brasilidade em seu cotidiano.

3 ASSOCIAÇÕES CULTURAIS

Pesquisando o conceito de *associação*, em diversos dicionários e na Enciclopédia Barsa (2009), verificamos, num primeiro momento, que este vocábulo expressa o ato ou efeito de associar, de reunir, colaborar, agrupamento de pessoas para um fim ou interesse comum, agremiação, clube, sociedade. Etimologicamente, deriva do infinitivo latino “*associāre*”. Mas, se analisarmos com maior cuidado, veremos que este termo é empregado em diversas áreas do conhecimento, tendo cada uma delas seu uso e significado específicos.

O Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa (2003-2018) define *associação* como a união de várias pessoas ou coisas para conseguir um objetivo em comum, e também denomina *associação* ao conjunto de sócios com um mesmo fim e, portanto, a pessoa jurídica que deles resulta, sendo que todas as decisões tomadas são previamente acordadas entre os integrantes.

Neste trabalho, a definição que melhor se adequa está ligada às Ciências Humanas, conforme Dortier (2010):

Uma associação é um grupo de pessoas reunidas em torno de objetivos e interesses comuns, com personalidade jurídica, formando uma entidade de direito privado sem fins lucrativos. Entre as associações mais frequentes, encontramos as que representam uma categoria profissional; as religiosas; [...] clubes de lazer e esportes, que foram os primeiros a aparecer no século XIX; e, finalmente, as entidades destinadas a causas sociais, culturais e ambientais (DORTIER, 2010, p. 27).

Julgamos conveniente analisar, também, o sentido da palavra *sociedade*, para contextualizar esta explanação. Etimologicamente, o termo *sociedade* provém do latim “*socius*”, “*societas, -atis*”, que por sua vez é derivado de uma raiz indo-europeia que significa “seguir” ou “acompanhar”.

Em “*lato sensu*”, *sociedade* é uma coleção de indivíduos, povos, nações, etc. No “*stricto sensu*”, refere-se a um grupo de pessoas que têm a mesma cultura e tradições, e está localizada no espaço e no tempo.

O termo *sociedade* pode ser definido como todo tipo de associação ou grupo formado por seres vivos, aos que unem algumas semelhanças ou coincidências em sua constituição ou até mesmo em suas atividades e de acordo com a diversidade de seu objeto, podendo fazer referência a seres

humanos, animais ou plantas; pela diversidade de atividade pode ter denominação de sociedade natural, sociedade laboral ou sociedade mercantil. Sociedade pode ser definida como um sistema ou conjunto de relações que são estabelecidas entre os indivíduos e grupos com o fim de construir certo tipo de coletividade, estruturada em campos definidos de atuação em que se regulam os processos de associação, adaptação, participação, comportamento, conflito, etc.

Seguindo esse raciocínio, Dortier (2010) procura assim caracterizar a sociabilidade:

[...] já nos anos 1890, o sociólogo Charles H. Cooley havia mostrado que, nas sociedades modernas, eram incessantemente criadas novas comunidades de pertencimento: turmas de jovens, comunidades de trabalho ou ainda relações de vizinhança. George Simmel (1858-1918) foi um dos principais sociólogos a falar de sociabilidade. Ele entendia que “se estabelecem por si sós”, ou seja, que não possuem funções utilitárias. Estar entre amigos, conversar com o vizinho, fazer parte de um clube ou associação, são algumas entre tantas ocasiões de construir relações “eletivas” ou “por afinidades” (DORTIER, 2010, p. 595-596).

Procuramos demonstrar, na análise das expressões **associação** e **sociedade**, que o sentido de ambas é semelhante. Todavia, com o advento do atual Código Civil Brasileiro, o termo jurídico adequado a ser utilizado para entidades elencadas neste trabalho é associação. As entidades relacionadas com as associações encontram-se previstas, nos artigos 53 ao 60, do Livro I, Capítulo II, acarretaram sensíveis alterações nas normas relativas às associações e às fundações de direito privado. Assim, o Código Civil Brasileiro estabelece:

Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

[...]

Art. 55. Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

Art. 56. A qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.

Art. 57. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

Art. 58. Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto. [...] (BRASIL, 2002).

Para o ordenamento jurídico pátrio, a associação é uma pessoa jurídica de direito privado tendo por objetivo a realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas, esportivas, científicas, literárias ou filantrópicas, sem fins lucrativos, ou seja, não visa lucro e é dotada de personalidade distinta de seus componentes.

O direito de associação é um direito humano que consiste na faculdade que os seres humanos dispõem para livremente unirem-se e formarem grupos, associações ou organizações com objetivos lícitos, bem como também a liberdade de se retirarem das mesmas em caso de assim quererem, direito garantido na Constituição Federal do Brasil (1988):

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento [...] (BRASIL, 1988).

Concluimos que a liberdade de associação é um prolongamento natural das liberdades de pensamento e de reunião, supõe um direito de primeira geração desde que realizado com fins pacíficos e para conseguir um objetivo que não se contraponha à lei ou ao bem comum. Ao criarmos uma relação determinada entre objetos e ideias, costumamos falar em associação.

Nessa perspectiva, é significativo abordar as associações organizadas por imigrantes. No caso da imigração polonesa, a cidade de Porto Alegre viveu três períodos imigratórios de chegada de poloneses:

- o primeiro, a partir de 1890, constituído de famílias que não se adaptaram às condições agrícolas das colônias e se estabeleceram no meio urbano;

- o segundo, entre 1918 e 1945, onde, por questões pessoais ou políticas, os chamados “imigrantes errantes” (NIEVINSKI FILHO, 2002) aportaram em Porto Alegre;

- o terceiro, após 1945, a cidade testemunhou outra leva de “re-emigrantes”, oriunda das colônias, motivada a buscar na capital melhores oportunidades de educação e trabalho.

Dessa forma, no decorrer da primeira metade do século XX, a colônia polonesa de Porto Alegre começou a crescer numericamente, tanto porque novas levadas imigratórias aportaram na cidade, como também pelo fato de que muitos imigrantes advindos das colônias do interior buscaram a capital por diferentes motivos: estavam instalados na região serrana do Estado e não se adaptaram ao relevo acidentado, particularmente porque estavam habituados às planícies, propícias ao cultivo do trigo, e também porque, acostumados a viver em aldeias densamente povoadas, não se acostumavam à dispersão das terras montanhosas, ou à perda de familiares dizimados pela falta de assistência médica, ou prejuízos na colheita.

Conforme Gardolinski (1958), em 1896, havia mais de 400 famílias estabelecidas em Porto Alegre e, em pouco tempo, 38 famílias possuíam moradia própria (10%) e 91 famílias (23%) já administravam suas próprias casas comerciais. De acordo com o periódico *Gazeta Handlowo-Geograficzna*⁵, editado em Lwów, território de domínio austríaco, está registrado que alguns imigrantes, sentindo a necessidade de se congregarem com seus patrícios, constituíram diversas associações polonesas, nas quais havia espaços voltados à prática esportiva, à promoção de bailes, ensaios com grupos teatrais e musicais e a manutenção de escolas da comunidade polonesa, bem como a organização de bibliotecas com livros escritos em polonês, ressaltando o propósito da manutenção da língua para as gerações futuras, tendo, também, um maior cuidado no auxílio aos imigrantes recém-chegados.

Os imigrantes poloneses entendiam que somente unidos poderiam vencer as dificuldades, reforçando a questão do pertencimento étnico. O espaço institucional de apoio mútuo apresentou-se como lugar de pertencimento. Assim, ressaltamos o importante papel desempenhado pelas associações polonesas, capazes de manter os laços afetivos com o país e a cultura que os imigrantes trouxeram dos antepassados da Polônia. Cabe salientar, como argumenta Sayad (1998), que o imigrante é, antes de tudo, um emigrante. Diz ele, considerando ser a imigração um fato social total:

⁵ GAZETA HANDLOWO-GEOGRAFICZNA. Ano II, n. 10, 1900, p. 76. [Acervo Sociedade Polônia - Porto Alegre/RS].

De fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa. (SAYAD, 1998, p.16).

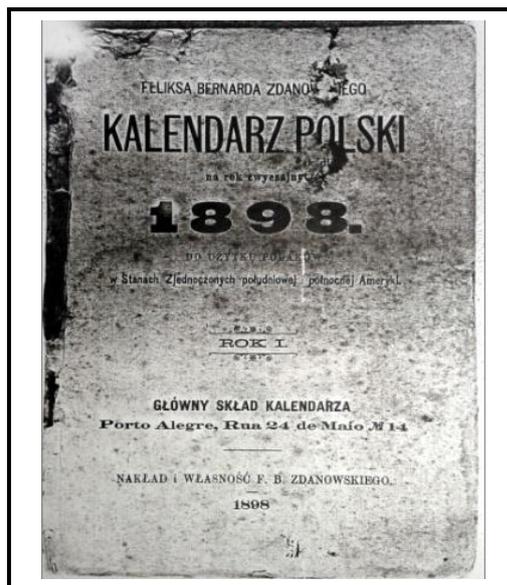
Neste contexto, a terra, o território, a territorialidade foram noções importantes, pois permitiram aos poloneses emigrados a criação de uma nova perspectiva que lhes facilitou a sobrevivência física e cultural num cenário de incertezas.

Weber (1994) afirma que as identidades étnicas são crenças na “afinidade de origem”, ou seja, num sentimento comum de pertencimento e não necessariamente no fato de terem uma origem historicamente comprovada. As associações culturais conferem um sentido específico ao pertencimento étnico, à memória coletiva, às expressões culturais e à educação étnica como elementos passíveis de legitimação quando sistematizados por uma instituição.

A constituição de memoriais, a promoção de eventos comemorativos e a manutenção de espaços educativos da Língua Polonesa, do folclore e da cultura polonesa são dirigidas ao grupo étnico e abertas ao público externo. A instituição passa a representar o polonês tanto em seus interesses sociopolíticos como toma o lugar de autoridade sobre a memória da cultura polonesa.

No Rio Grande do Sul, de acordo com o almanaque “Kalendarz Polski”, de 1898 (Figura 1), as primeiras sociedades da etnia polonesa foram fundadas em 1896: na cidade de Porto Alegre, em abril, a Sociedade *Zgoda* (Concórdia), em Jaguari, em 13 de maio, a Sociedade Bartosz Glowacki, em 17 de maio, em Ijuí, a Sociedade Tadeusz Kosciuszko e, em 05 de julho, a Sociedade Água Branca, na cidade de Rio Grande.

Figura 1: Kalendarz Polski - 1898



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

A fundação das sociedades objetivava em especial a organização de escolas, pois havia uma necessidade de se concentrar e defender os interesses étnicos em relação ao ensino e à comunidade.

Conforme afirmamos anteriormente, os imigrantes poloneses vieram de diferentes territórios. Muitos que se estabeleceram em Porto Alegre eram operários das indústrias têxteis de Łódz e Varsóvia, que possuíam influências socialistas. Outra parte era constituída de trabalhadores rurais, pequenos agricultores, católicos e conservadores. Nesse sentido, nas associações havia conflitos ideológicos entre correntes progressistas de livre pensamento e ateístas; e católicos de orientação socialista e conservadora.

Segundo Figurski (1976), no ano de 1904 havia em Porto Alegre duas sociedades em funcionamento, que representavam duas distintas correntes de pensamento. A Sociedade Águia Branca (Figura 2), formada da fusão da Sociedade *Zgoda* (Concórdia) com outra sociedade fundada no mesmo ano, também de nome Águia Branca, que possuía uma orientação ideológica mais progressista e que funcionou até 1930, tendo como principais objetivos manter a unidade dos imigrantes poloneses de Porto Alegre no espírito patriótico polonês e reafirmar o “respeito étnico”.

Figura 2: Sociedade Águia Branca (1914)



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

Em conformidade com Gardolinski (1958), o número de poloneses, em Porto Alegre, cresceu a partir da primeira leva, e com ele a necessidade de maior convivência social e de reunião. Assim, em 1900, surgiu outra sociedade independente, dispoñdo de local próprio à Rua Comendador Azevedo, com o nome de Sociedade *Tadeusz Kosciuszko* (Figura 3), tendo uma aproximação ideológica com o catolicismo. Tinha também como objetivo manter uma escola e biblioteca.

Figura 3: Grupo de Voluntários da Sociedade Tadeusz Kosciuszko (19--)



Fonte: Acervo Sociedade Polônia.

Em 1913 foi fundado, junto à Sociedade Águia Branca, um clube desportivo chamado “*Sokół*” (Falcão), que alcançou inúmeros prêmios em diversas modalidades esportivas. Também existia em Porto Alegre, em 1928, outra sociedade com finalidade essencialmente cultural, denominada “*Kultura*” – *Myśli Wolnej* (Livres Pensadores), que possuía sede própria na Rua Santos Dumont e a maior biblioteca polonesa da cidade, com mais de 1500 volumes, compreendendo: história, literatura, poesia, artes e ciências em geral, conforme relatado por Gardolinski (1958).

Os poloneses radicados em Porto Alegre, segundo registra Gardolinski (1958), compreenderam a necessidade de estabelecer um contato mais próximo entre as diversas organizações. Conforme Figurski (1976), em 1924, a colônia polonesa de Porto Alegre possuía duas associações principais: a Sociedade Águia Branca (Figura 4), localizada na Rua São Pedro, nº 71, loja 778, e a Sociedade *Tadeusz Kosciuszko*, situada na Rua General Neto, nº 45, cada uma com uma escola étnica.

Figura 4: Escola Águia Branca (1924)



Fonte: Acervo Sociedade Polônia.

A Sociedade *Zgoda* (Concórdia), através de seus componentes, de forma espontânea e democrática, resolveu unir-se à Sociedade Águia Branca,

por esta localizar-se mais próxima da zona industrial, localizada nos bairros São João e Navegantes, onde a maioria dos associados desenvolvia suas atividades laborais. Esta primeira fusão ocorreu em 07 de outubro de 1904, passando a usar o nome de Sociedade Águia Branca. Na mesma ocasião, a Sociedade *Tadeusz Kosciuszko*, passou a funcionar no local da antiga Sociedade *Zgoda* (Concórdia), segundo Gardolinski (1976).

Entretanto, essas duas sociedades (Águia Branca e *Tadeusz Kosciuszko*) se fundiram em 1930, após anos de muitas negociações, formando a Sociedade Polônia.

O próximo capítulo procura descrever as especificidades desta associação, retratando seu patrimônio material e imaterial e sua importância cultural para a cidade.

3. 1. SOCIEDADE POLÔNIA

A Sociedade Polônia, originária da Sociedade *Zgoda* (Concórdia) fundada em abril de 1896 e da posterior fusão das Sociedades *Tadeusz Kosciuszko* e Águia Branca, em 27 de julho de 1930, é uma associação civil, sem caráter político ou econômico, sendo seus fins puramente sociais, culturais, desportivos e beneficentes, situada na Avenida São Pedro, 778, no bairro São Geraldo, em Porto Alegre.

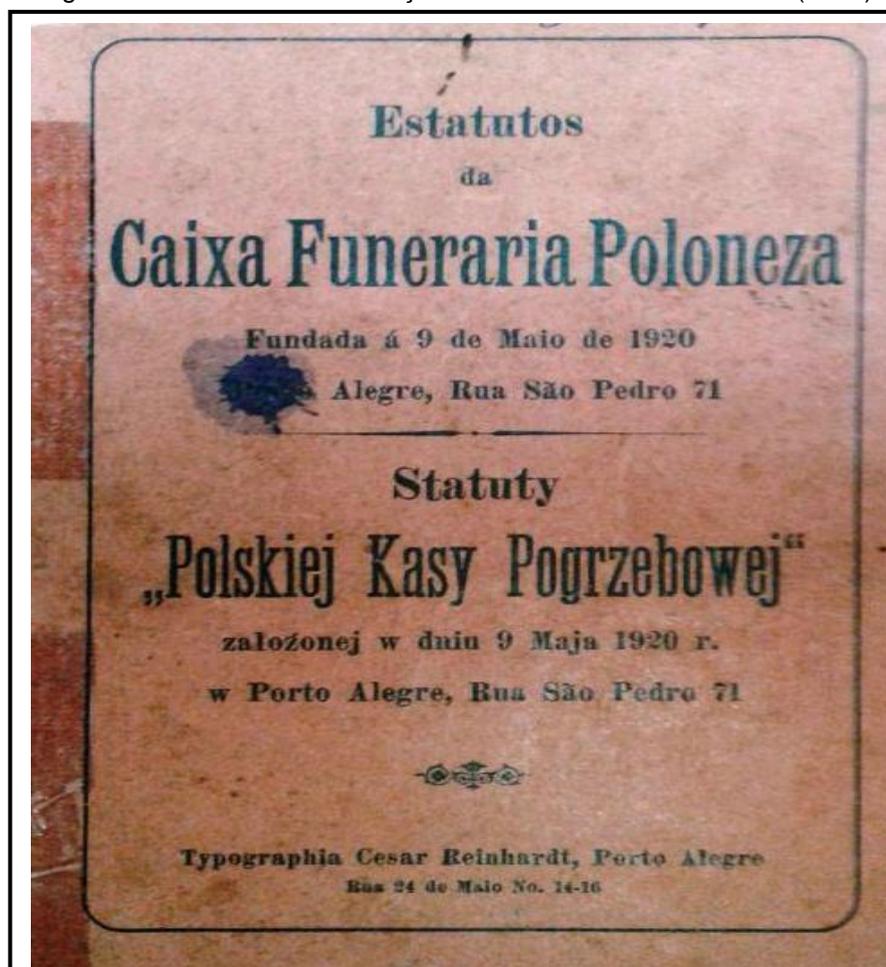
Conforme estabelecido em seu Estatuto Social (2007), a Sociedade Polônia tem por fins:

- a) Congregar os poloneses e brasileiros domiciliados em todo o estado do Rio Grande do Sul;
- b) Elevar o nível intelectual e moral de seus associados;
- c) Representar os interesses de seus associados perante as autoridades brasileiras e polonesas e auxiliá-los à medidas de suas possibilidades;
- d) Manter contatos culturais com a Polônia e com a imigração polonesa no Estado;
- e) Contribuir para o bem estar de seus associados;
- f) Contribuir para o estudo da imigração polonesa no Estado;
- g) Incentivar e solidificar a vida social da colônia polonesa;
- h) Manter intercâmbio com sociedades, associações ou quaisquer outras entidades polônicas no Brasil e no exterior;
- i) Garantir a manutenção da cultura polonesa viva, em todas as suas formas de expressão como folclore, língua, tradições, etc., entre seus associados;

j) Captar incentivos fiscais, aproveitando legislação municipal, estadual ou federal, ao desenvolvimento de projetos nas áreas: cultural, artística e desportiva. (ESTATUTO, 2007, p. 2).

Cabe reiterar que na cidade de Porto Alegre, nos anos de 1900 a 1930, havia diversas associações polonesas, porém muitas não tinham sede própria e a Sociedade Polônia cedia suas dependências para que elas pudessem se reunir. Podemos citar alguma delas, conforme registro de Gardolinski (1958) e Figurska (1976): *Sokół* (Falcão), Liga Polska, Sociedade Operária “*Naprzód*” (Avante), Associação Polonesa de Auxílio Funeral (Figura 5), Círculo da Juventude (Figura 6), Sociedade Maria Konopnicka (assistência social às crianças e senhoras) (Figura 7), Círculo Filantrópico.

Figura 5: Estatutos da Associação Polonesa de Auxílio Funeral (1920)



Fonte: Acervo Sociedade Polônia.

Figura 6: KOŁA MŁODZIEŻY – Círculo da Juventude (1928)



Fonte: Acervo Sociedade Polônia.

Figura 7: Sociedade Maria Konopnicka (1930)



Fonte: Acervo Sociedade Polônia.

O almanaque “*Kalendarz Polski*”, de 1898, registra que o sociólogo polonês Estanislau Klobukowski, delegado da Sociedade Geográfico-Comercial de Łwów, que veio com a pretensão de acompanhar a imigração polonesa no

Brasil, teve a iniciativa de estimular a fundação das primeiras sociedades polonesas e, assim, constituiu a Sociedade Polônia, cujo primeiro presidente foi o senhor Feliks Zdanowski.

Figuras 8, 9 e 10: Kalendarz Polski – 1898 e Sr. Feliks Zdanowski



Fonte: Acervo Sociedade Polônia.

A história da Sociedade Polônia, desde sua fundação, está entrelaçada com a comunidade porto-alegrense, muitos monumentos, estátuas, ruas, praças e outros, foram erigidos como uma homenagem à imigração polonesa. Nessa perspectiva, a Sociedade Polônia sistematicamente apoiou, promoveu e participou de diversas solenidades e exposições, dentre as quais podemos destacar: a inauguração da Avenida Polônia em 17 de março de 1935, com a presença de diversas autoridades, entre as quais, destacamos: Major Alberto Bins, Prefeito municipal, Dr. André da Rocha, desembargador do Superior Tribunal, Dr. Dante de Laytano, promotor público, Sr. Estanislau Karpinski, presidente da Sociedade Polônia. As razões que motivaram esta homenagem levaram em consideração o trabalho da colonização polonesa no Brasil como um tributo do poder público, por sua contribuição ao país que a acolheu. Nessa esteira, o discurso do Dr. Dante Laytano, afirma que a cooperação do trabalho polonês no desenvolvimento das forças econômicas do país era digna de apreço e consideração de todos brasileiros, concorrendo ao mesmo tempo, para uma maior aproximação cultural e afetiva entre sua pátria de origem e a de adoção, conforme relatado pelo Jornal Diário de Notícias, em 19/03/1935. Este ato foi manchete de destaque em vários jornais da capital (Figuras 11 e 12).

Figura 11: Inauguração da Avenida Polônia (1935)



Fonte: Jornal Diário de Notícias – Acervo da Sociedade Polônia.

Figura 12: Inauguração da Avenida Polônia (1935)



Fonte: Jornal Correio do Povo

Outro destaque é a inauguração do monumento a Chopin. A iniciativa da criação deste monumento foi do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul e da comunidade polonesa, em decorrência da comemoração ao sesquicentenário do nascimento de Frederico Chopin, em 1960. O autor do projeto foi o escultor Fernando Corona, que fez a entrega da obra em gesso ao fundidor Sr. Sílvio Terrezini, na presença do Diretor do Instituto de Belas Artes, professor Ângelo Guido, e do Presidente da Comissão Executiva Pró-Construção do Monumento, Engenheiro Edmundo Gardolinski (Figura 13). A inauguração ocorreu em

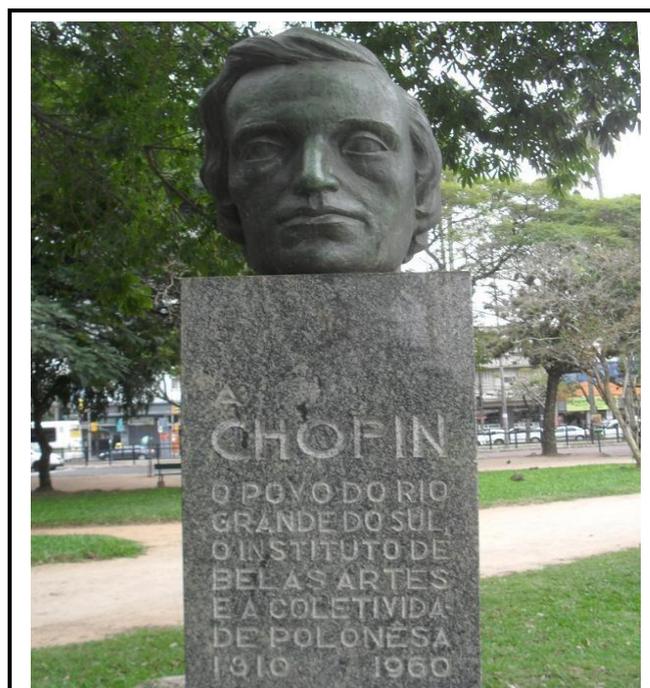
15 de novembro de 1963, localizado junto ao Auditório Araújo Viana, no Parque Farroupilha (Figura 14).

Figura 13: Entrega da obra em gesso de Chopin (1961)



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

Figura 14: Monumento à Chopin



Fonte: <http://arquivopoa.blogspot.com>, acesso em 15.set.2018

Merece igual relevância, o busto de Nicolau Copérnico, localizado na área pertencente ao Planetário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

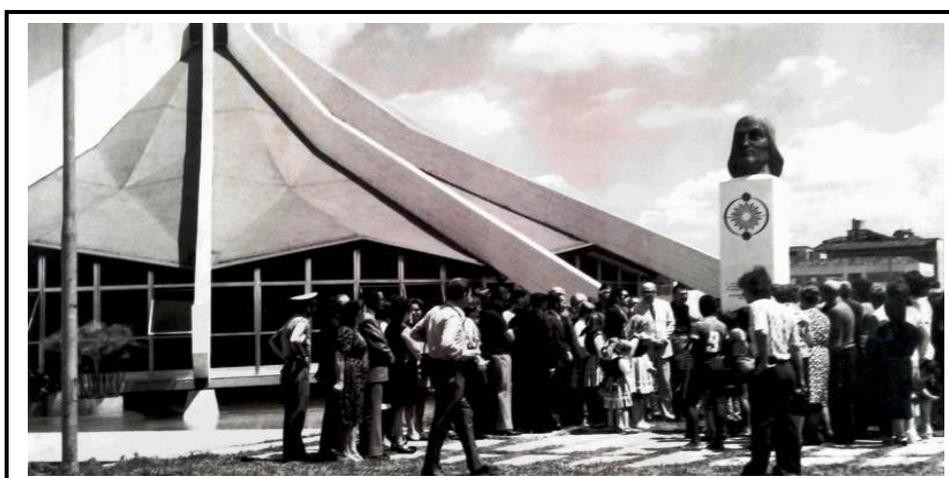
(UFRGS), erigido em 1973, como homenagem aos 500 anos de seu nascimento. No pedestal encontra-se a seguinte inscrição: “A Nicolau Copérnico – astrônomo polonês – homenagem da UFRGS e Sociedade Polônia. 1473-1973”. Diversas autoridades estavam presentes na cerimônia inaugural, além da comunidade polonesa e do grupo de dança da Sociedade Polônia (Figuras 15 e 16).

Figura 15: Inauguração do busto Nicolau Copérnico (1973)



Figura 15: Busto Nicolau Copérnico (1973)

Figura 16 Inauguração do busto Nicolau Copérnico (1973)



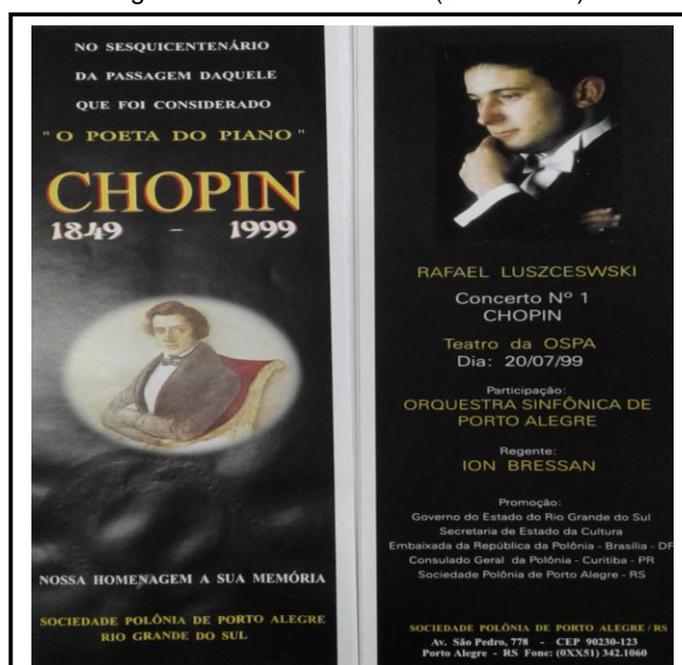
Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

Igualmente faz jus a um destaque as inaugurações das ruas Tadeusz Kosciuszko e Nicolau Copérnico, em 1973, e as homenagens oferecidas pela

Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre à Sociedade Polônia, em 1988 e 1994.

Em 20 de julho de 1999, em homenagem aos festejos do sesquicentenário de falecimento de Frederico Chopin, a Sociedade Polônia proporcionou a realização de um concerto, no Teatro da OSPA (Orquestra Sinfônica de Porto Alegre), pelo pianista polonês Rafael Luszczewski. O evento foi prestigiado com a presença do governador do Estado, Sr. Olívio Dutra, e do Vice-Cônsul da Polônia, Sr. Jacek Zakrzewski (Figuras 17 e 18).

Figura 17: Concerto OSPA (20/07/1999)



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

Figura 18: Pianista Rafael Luszczewski e o governador Sr. Olívio Dutra



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

Ainda em 1999, foi instituído o Dia Nacional da Polônia em Porto Alegre, havendo uma sessão solene da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre. O proponente foi o vereador Isaac Ainhorn que, em seus argumentos, constantes da propositura do projeto, ressaltou a “coragem” do povo polonês que jamais desanimou na busca e na aspiração da liberdade da Polônia, sendo que após 123 anos de cativo (inexistência como nação), conquistou sua independência. Destacou, também, que a Sociedade Polônia é uma agremiação integrada com a sociedade brasileira, que procura divulgar e incentivar os costumes e o folclore polonês, preservar as raízes de seu passado. Nas fundamentações de seu projeto, o vereador enfatizou que sua proposição busca homenagear este povo que representa uma das maiores comunidades de imigrantes do Rio Grande do Sul e que muito contribui no desenvolvimento deste Estado e da cidade de Porto Alegre (Figura 19). Sobre a instituição do Dia Nacional da Polônia podemos destacar a Lei Municipal nº 8.353/99:

Institui, no âmbito Municipal, o Dia Nacional Da Polônia.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito municipal, o Dia Nacional da Polônia, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de novembro.

Art. 2º A Câmara Municipal de Porto Alegre, em conjunto com o Executivo do Município, a representação diplomática da Polônia, a Sociedade Polônia e as demais entidades representativas da coletividade polonesa local, promoverá atividades comemorativas alusivas à data.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 01 de outubro de 1999 (Lei nº 8353) (Revogada pela Lei nº 10.904/2010) (PORTO ALEGRE, 1999).

Figura 19: Instituição do Dia Nacional da Polônia



Fonte: Jornal Correio do Povo (12/11/1999). Acervo da Sociedade Polónia.

No âmbito do conagraçamento entre a Sociedade Polônia e a comunidade local, cabe destacar outros eventos relevantes: Sessão solene da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, em comemoração ao Dia Nacional da Polônia em Porto Alegre, realizada na sede social da Sociedade (2000); exposição do “Imigrante”, realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre (2000); Dia da Comunidade Polonesa no RS, realizado na Assembleia Legislativa do RS (2003). Em relação ao Dia da Comunidade Polonesa no Rio Grande do Sul, julgamos conveniente citar a lei estadual que a instituiu, Lei nº 11.949/2003:

Institui, no âmbito estadual, o Dia da Comunidade Polonesa.
O Governador do Estado do Rio Grande do Sul.
Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:
Art. 1º Fica instituído, no âmbito estadual, o Dia da Comunidade Polonesa a ser comemorado, anualmente, no dia 3 de maio.
Art. 2º A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em conjunto com o Executivo Estadual, a representação diplomática da Polônia e entidades representativas da coletividade polonesa estadual promoverão atividades comemorativas alusivas à data.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio Piratini, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2003 (RIO GRANDE DO SUL, 2003).

Mantendo sua missão, a Sociedade Polônia esteve sempre envolvida com a promoção de atividades culturais na cidade de Porto Alegre. Dentre as atividades dos últimos anos, podemos destacar em 2012, o Festival de Cinema Polonês, que foi realizado no Cine Bancários; em 2013, a exposição “Um intrépido polonês em céu brasileiro: O feito extraordinário do aviador Stanisław Skarżyński”, realizada no Palácio do Ministério Público e, em 2014, a exposição “Gravuras de Jacek Sroka - observador diurno, observador noturno”, realizada no Centro Cultural CEEE Érico Veríssimo.

Sobre a exposição realizada no Palácio do Ministério Público, em 2013, intitulada “Um intrépido polonês em céu brasileiro: O feito extraordinário do aviador Stanisław Skarżyński”, a mesma foi comemorativa aos 80 anos de uma viagem que iniciou em maio de 1933, pelo aviador Stanisław Skarżyński, então capitão da força aérea da Polônia, que cruzou o Oceano Atlântico num avião RDW-5-Bis, partindo de Saint Louis, Senegal, com destino a Maceió, Brasil. A

viagem durou vinte horas e meia e conferiu ao piloto o recorde mundial de voo em linha reta sem aterrissagem, feito com avião de classe turística de segunda categoria, com a distância percorrida de 3.640km. Na realidade, a viagem teve início na manhã de 27 de abril de 1933, quando decolou do aeroporto de Varsóvia com destino à França. Temendo as repercussões de um eventual fracasso, o piloto optou por uma partida discreta e silenciosa, despistando a imprensa polonesa, que já desconfiava dos preparativos e adivinhava algum feito fora do comum. Mais que a conquista de um recorde, seu feito tornou visível a aviação polonesa (Figura 20).

Figura 20: Convite da exposição “Um intrépido polonês em céu brasileiro. O feito extraordinário do aviador Stanisław Skarżyński (1933)”, realizada no Ministério Público, em 2013.

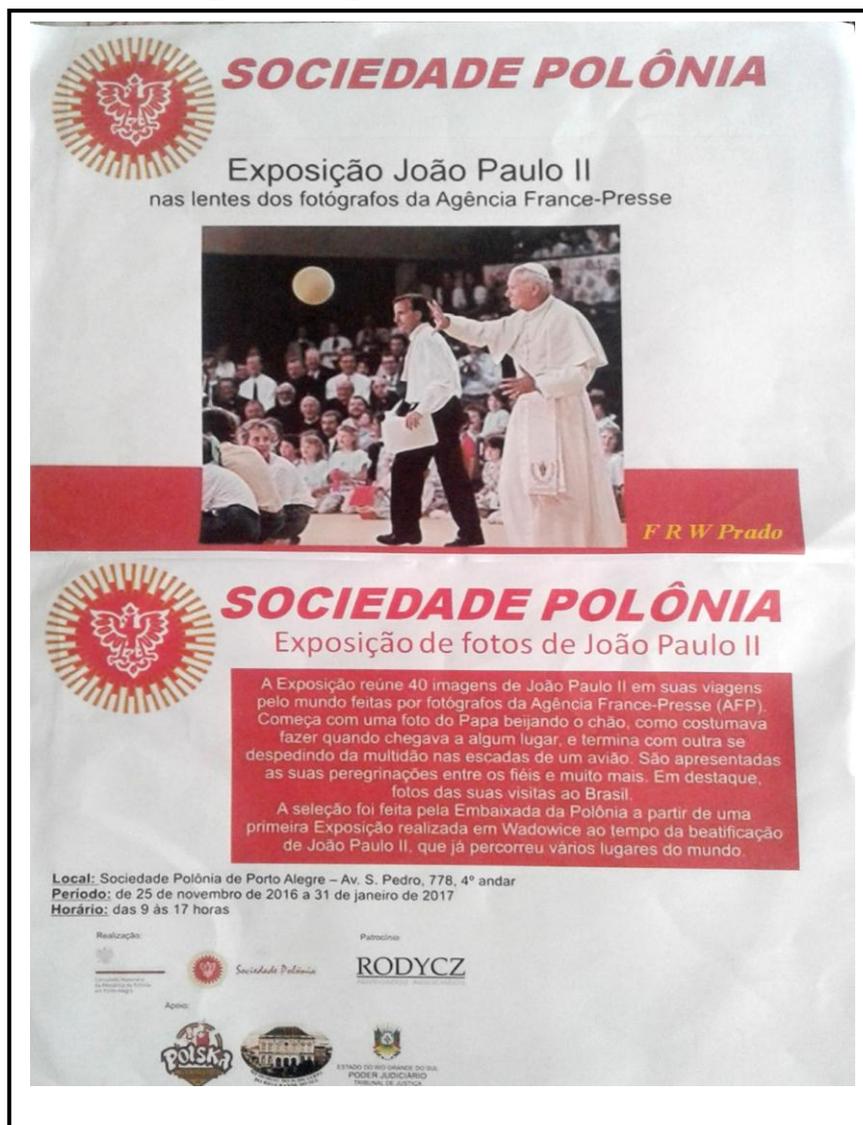


Fonte: Acervo Sociedade Polônia.

Em 2017, a Sociedade Polônia, juntamente com o Consulado da Polónia, inaugurou a exposição “João Paulo II nas lentes dos fotógrafos da

Agência France-Presse” (Figura 21), em Porto Alegre, após percorrer outras cidades do país. Foi uma exposição fotográfica sobre o pontificado de João Paulo II, composta por 40 imagens feitas por fotógrafos da Agência France-Presse (AFP). João Paulo II, conhecido como o papa polonês, visitou quatro vezes o Brasil durante seu pontificado. Faleceu no dia 2 de abril de 2005 e foi canonizado no dia 27 de abril de 2014.

Figura 21: Convite da Exposição João Paulo II nas lentes dos fotógrafos da Agência France-Presse, realizada em 2017.



Fonte: Acervo Sociedade Polônia.

De 3 de maio a 4 de junho de 2018, o Consulado da Polônia e a Sociedade Polônia de Porto Alegre promoveram uma exposição comemorativa ao Centenário da Recuperação da Independência, ocorrida 123 anos após a

sua partilha entre a Áustria, a Rússia e a Prússia em 1772-1795. A exposição denominada “O Marechal Józef Piłsudski e o centenário da recuperação da independência da Polônia” homenageou o Marechal Józef Piłsudski (1867-1935) considerado o mais proeminente líder do Movimento Polonês de Recuperação da Independência. Após, foi o primeiro Chefe de Estado (1918-1922 e 1926-1935), bem como o líder de suas forças armadas. A exposição mostrou o Marechal Piłsudski através dos princípios universais da segurança da Europa, da independência das nações e dos direitos sociais dos trabalhadores e eleitorais das mulheres (Figura 22).

Figura 22: Convite da exposição “O Marechal Józef Piłsudski e o Centenário da recuperação da Independência da Polônia, realizada em 2018.



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

É significativo destacar que ao longo do ano de 2018, também ocorreram diversas mostras do folclore polonês, sendo que em outubro houve a do Grupo *Krakus*, da Polônia (Figura 23) e do Grupo Folclórico da Sociedade

(Figura 24), estas realizadas na sede social da Sociedade Polônia, entre tantos outros eventos.

Figura 23: Grupo Folclórico *Krakus*, da Polônia



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

Figura 24: Grupo Folclórico Polônia, da Sociedade Polônia.



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

Como a Sociedade Polônia é uma fusão de outras associações, ela recebeu um patrimônio cultural inestimável e, assim, mantém um acervo muito rico em diversos suportes materiais. Podemos citar como exemplos dessa

materialidade um acervo bibliográfico em torno de 7600 livros, trajes folclóricos de diversas regiões da Polônia e diversos documentos iconográficos. Dessa forma, é possível afirmar que parte importante da história e da memória da cultura polonesa em Porto Alegre se encontra preservada nessa instituição.

Procuramos fazer uma reflexão teórica das conexões estabelecidas entre memória, identidade e patrimônio, para entender como esses conceitos são expressos nas iniciativas que visam à valorização do patrimônio cultural polonês. De acordo com Pereira: “A construção da memória está estreitamente vinculada ao acesso à informação, que por sua vez está vinculada à organização dos seus suportes materiais” (PEREIRA, 2011, p. 20). A autora ressalta que a construção da memória se correlaciona fortemente ao acesso à informação, pois esta é a base para a construção da memória, mas se torna quase inexistente quando os registros não estão corretamente ordenados. Assim, a importante relação entre a História e a Memória reforça a ideia de que ambas estão ligadas aos documentos, nos diversos tipos de suportes. A História é a ciência que tem no passado o seu aporte investigativo, porém a História só se faz a partir de documentos, seja ela escrita, oral ou a partir da materialidade.

Jaques Le Goff (2003) aprofundou os conceitos de memória desde a antiguidade até nossos dias e, segundo ele, a memória coletiva não é apenas uma conquista, mas também um instrumento de poder.

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 2003, p. 471).

A partir da segunda metade do século XX, a memória como objeto de conhecimento passou a ser examinada e tornou-se objeto de muitos debates. Seu conceito vem sendo substituído e ajustado às mudanças e conveniência dos grupos sociais. Falar em memória coletiva é falar de identidade social, é o acúmulo de referências de outras épocas que formam a estrutura da sociedade em que estamos inseridos e estas referências constituem o patrimônio cultural. O patrimônio cultural de uma comunidade diz respeito a tudo aquilo que a identifica com aquele espaço.

Segundo Le Goff: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]” (LE GOFF, 2003, p. 469).

Atualmente, o conceito de memória é concebido como uma construção feita no presente, a partir das experiências e aprendizados realizados no passado. A memória coletiva aplica-se a dois tipos de materiais: “os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador” (LE GOFF, 2003, p. 526). O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são evidências escritas. E o documento deve ser lido, pelos historiadores, sem preconceito e dele retirar tudo o que contém e nada a ele acrescentar, para que o mesmo possa contribuir para uma narrativa dos fatos, pois o documento só “contém” aquilo que lhe é perguntado pelo historiador. Assim, não é possível isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte, devendo ser tratados como um documentos/monumentos. Para Le Goff, a memória coletiva, quando valorizada, institui-se como patrimônio cultural.

Hugues de Varine-Boham (1979) afirma que existem três grandes categorias de elementos formadores do patrimônio cultural. A primeira refere-se ao meio ambiente: rios, vales, montanhas. Enfim, os recursos naturais como um todo. A segunda diz respeito ao conhecimento e capacidade do homem de sobreviver em seu meio ambiente. A terceira reúne os bens culturais propriamente ditos, tais como objetos, artefatos, obras e construções obtidas do próprio meio ambiente e do saber-fazer humano. Dessa maneira, o patrimônio cultural não se restringe apenas ao patrimônio edificado (edifícios e monumentos), mas também ao patrimônio documental, bibliográfico, iconográfico, oral e visual.

De acordo com Fenelon (1993), os bens culturais de uma dada sociedade não são apenas aqueles tradicionalmente considerados dignos de preservação, produzidos e definidos pelos vencedores de cada época. Ao contrário, são os frutos de todos os saberes, todas as memórias de experiências humanas. Não apenas monumentos, bens isolados e

descontextualizados, mas testemunhos materiais e imateriais portadores de significação, passíveis de muitas leituras.

Assim, o patrimônio cultural é constituído de bens culturais e, de acordo com Godoy (1989), estes podem ser definidos como sendo toda a produção humana, de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como de sua natureza. Propiciam o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia.

No âmbito do patrimônio cultural, encontramos também a definição de patrimônio imaterial definido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), ratificada pelo Brasil em 2006, e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como sendo práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, juntamente com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que as comunidades, os grupos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Importante ressaltar o caráter de constante transformação deste patrimônio, haja vista sua característica de herança passada de geração a geração e na implicação de mudança que isto engendra nos grupos nos quais são forjados, além da possibilidade de promoverem o respeito à diversidade humana.

Ao entendermos patrimônio como algo que recebemos do passado, que vivemos no presente e que transmitimos às gerações futuras, reconhecemos que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos, que lhes asseguram uma identidade cultural.

Na mesma esteira, compreendemos que a memória, por recordar certas informações, contribui para que o passado não seja inteiramente esquecido, possibilita ao indivíduo a atualização das impressões ou informações passadas, além da persistência da história das gerações passadas na consciência humana.

Assim, a memória vem sendo considerada como algo importante no que se refere à construção das identidades, uma vez que, a partir dela, podemos reconhecer os acontecimentos passados e ainda rememorar continuamente as

informações que nos são importantes preservar tanto no que concerne à memória individual quanto à memória coletiva, intimamente ligadas às identidades.

Quando referimos a ideia de patrimônio cultural, imediatamente esta é associada aos conceitos de memória e identidade, porque, segundo Pelegrini (2006), as noções de patrimônio cultural estão vinculadas às de lembrança e de memória, que são fundamentais no que diz respeito a ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função da relação que mantêm com as identidades culturais.

O patrimônio cultural possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por isso é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação, ou de outra parte, o seu esquecimento e perda, pois como afirmamos acima, patrimônio e poder estão intimamente ligados.

A sensibilização e a conseqüente valorização do patrimônio, contribui para a formação das identidades de uma coletividade, seja um país ou um determinado grupo social, desencadeando uma ligação entre o cidadão e suas pertencas familiares, culturais, étnicas, nacionais. A preservação do patrimônio cultural é uma medida eficaz para garantir que uma sociedade possa conhecer sua própria história e a de outros grupos, por meio dos bens culturais, pois, através da materialidade é possível conhecer e criar vínculos com o passado.

Entre as várias iniciativas formuladas visando à salvaguarda dos bens culturais, nos últimos anos, segundo Márcia Pazin (2015), os Centros de Memória têm se desenvolvido como mecanismos de preservação da memória das associações, entidades sem fins lucrativos e outras organizações. Com essa iniciativa, contribuem para a disseminação dos valores da instituição e para a gestão do conhecimento, de modo que ampliam a visão de mundo e as diferentes percepções sobre a história que é construída por todos.

No próximo capítulo, procuramos demonstrar que através da criação de um Centro de Memória na Sociedade Polônia, voltado para a cultura polonesa e a experiência histórica da imigração deste grupo cultural no Brasil, o patrimônio material e imaterial guardado pela instituição poderá ser estudado, preservado para as futuras gerações e disponibilizado para a sociedade.

4 CENTRO DE MEMÓRIA NA SOCIEDADE POLÔNIA: PRESERVAR A HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E A CULTURA POLONESA EM PORTO ALEGRE

Os centros de memória, segundo a concepção que explicitamos anteriormente, são espaços de preservação do patrimônio cultural os quais podem estar associados às entidades, associações sem fins lucrativos e demais organizações. De acordo com Pazin (2015), os centros de memória nasceram a partir do conceito de centro de documentação e se desenvolvem como mecanismo de preservação da memória das instituições, visando, entre outros fins, potencializar o uso dos centros de memória como ferramenta estratégica de gestão.

Como missão, além de coletar a documentação, organizá-la e disseminar informações, um centro de memória tem ainda a atribuição de pensar a trajetória da instituição, a fim de elaborar formas de utilizar o conhecimento adquirido e produzir novos conteúdos, difundir valores e refletir acerca da cultura organizacional. A partir do estudo de centros de memória de empresas, Gagete e Totini (2014) apresentam argumentos que julgamos pertinentes para refletir acerca de um centro similar junto à Sociedade Polônia. Nas palavras das autoras,

Os Centros de Documentação e Memória são os mais completos produtos de memória empresarial. Constituem-se como setores responsáveis pela definição e aplicação de uma política sistemática de resgate, avaliação, tratamento técnico e divulgação de acervos e, principalmente, pelos serviços de disseminação do conhecimento acumulado pela empresa e de fontes de interesse histórico. [...] As denominações Centro de Documentação e Memória, Centro de Informação e Memória ou qualquer outra que possa vir a ser atribuída ao setor podem variar de acordo com os objetivos estratégicos, as linhas de acervo ou ainda a aplicabilidade de seu potencial (GAGETE; TOTINI, 2004, p. 124-125).

Numa mesma direção, Ribeiro (2007) enfatiza que:

São diversas as denominações atribuídas a esse 'departamento': centros de documentação e memória, centros de memória, centros de informação e memória, etc. Mas a denominação mais comum é, de fato, Centro de Documentação e Memória, pois este nome carrega o caráter múltiplo de seu acervo, onde é comum predominar a presença de arquivos documentais entre outros tipos de acervo (RIBEIRO, 2007, p. 44).

Assim, podemos constatar que os conceitos de centro de memória e centro de documentação se congregam e se confundem, constituídos como setores responsáveis pela memória de uma instituição e pela preservação e divulgação de seu caráter histórico, além das informações relativas à sua trajetória no passado e no presente.

Diante dessa acepção, um centro de memória demanda um trabalho interdisciplinar, pois necessita de competências distintas e complementares, baseadas em diversas áreas do conhecimento, como: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, História, Antropologia, Educação e Sociologia, para citar algumas. Cada uma dessas áreas possui competências fundamentais para, a partir do conhecimento e do entendimento de tudo o que foi e é produzido pela instituição, definir quais são os documentos relevantes que devem ser reunidos e preservados como acervo.

As instituições de memória salvaguardam variadas tipologias de acervos, e apresentam tanto semelhanças quanto diferenças entre si. As afinidades entre esses espaços, que podem ser museus, arquivos, bibliotecas, centros de documentação, memoriais, entre outras definições, são marcantes, a iniciar por trabalharem com a valorização e a preservação de distintos patrimônios.

Nessa perspectiva, podemos dizer que o bem cultural, que poderá se transformar em patrimônio, é resultado da ação humana que cria, inventa, adapta e distingue uma sociedade da outra. Ao ser escolhido como indicador patrimonial, o bem cultural é investido de valor histórico, artístico, documental e simbólico. Passa a ser representativo de uma comunidade, tanto na sua materialidade quanto em sua imaterialidade.

Como vimos no capítulo anterior, o patrimônio pode estar representado por monumentos, prédios e casas históricas, objetos tridimensionais, obras de arte, saberes, costumes, modos de fazer, lugares. Da mesma maneira, também são patrimônio os documentos que estão sob a guarda de arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória, que acolhem em seus acervos inúmeros documentos pertinentes a diversas temáticas e tipologias.

Segundo Fratine:

[...] é cada vez maior a preocupação com a conservação e a preservação do patrimônio histórico e cultural de uma sociedade, de um país. As dimensões e as características que definem o nosso tempo e espaço geram discussões constantes sobre o que, como e para quem preservar (FRATINI, 2009, p. 1).

Nesse sentido, cabe problematizar a definição de documento, o qual pode ser compreendido sob dois aspectos: um mais amplo, que define documento como sendo qualquer objeto, seja ele bidimensional ou tridimensional, desde que tenha um significado e dele emane um sinal interpretativo e investigativo; e outro mais restrito, que toma o documento apenas como registro escrito em suporte papel (LE GOFF, 2003, CANDAU, 2001).

Chagas (1996) define patrimônio como conjunto de bens culturais sobre o qual incide uma determinada carga valorativa. Compreende que pela via do documento somos levados ao conceito de patrimônio e que através do conceito de documento, bem cultural, somos guiados ao conceito de *memória*. Os documentos são representações de memória e estão conectados com a ideia de preservação.

Nessa direção é que compreendemos as diferenças e afinidades entre as instituições de memória: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória. De acordo com Chagas (2002),

[...] museus, centros de documentação, bibliotecas e arquivos são instituições culturais e de memória, operando com patrimônios e documentos, e atravessadas de ponta a ponta por linhas de poder, formando uma espécie de grande teia (CHAGAS, 2002, p.25).

Arquivos, museus, centros de documentação, centros de memória e bibliotecas são similares por ocuparem-se da guarda do patrimônio, seja ele em suporte papel, tridimensional ou imaterial, asseguradas suas especificidades. Como arranjos institucionais e espaciais, conforme observamos nesta pesquisa, se configuram como espaços híbridos onde dialogam variadas tipologias de acervos, diversas vezes estabelecendo intersecções de conjuntos documentais sistematizados por duas ou mais áreas de conhecimento, como por exemplo a Biblioteconomia, a Arquivologia, a

História e a Museologia.

Podemos conceber que os conceitos de documento e de patrimônio cultural são aplicados simultaneamente nessas áreas, que possuem em comum a atenção à salvaguarda de documentos que são considerados patrimônio e, conseqüentemente, as memórias neles investidas.

Tessitore (2003) igualmente concorda que bibliotecas, arquivos, museus e centros de documentação são entidades de preservação documental e compreendem documentos em seu sentido mais amplo. Conforme citação a seguir é possível perceber a especificidade dessas instituições:

Reúne[m], por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana. Esses documentos e referências podem ser tipificados como arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos (TESSITORE, 2003, p.14).

Ainda, segundo a autora, os arquivos se constituem de fundos documentais que se referem ao produtor dos documentos no exercício de suas atividades, ou seja, são acumulados de forma orgânica o que difere das bibliotecas e museus que acumulam coleções de forma artificial em decorrência de suas finalidades; as bibliotecas constituem um acervo reunido de forma artificial e são um órgão colecionador e não um órgão receptor como os arquivos públicos. Sendo um órgão colecionador, as bibliotecas definem o teor de seu acervo, enquanto os museus possuem “objetos tridimensionais, originados da atividade humana ou da natureza, reunidos, artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo ou função” (TESSITORE, 2003, p. 13). A organização dos museus é pautada pela natureza e finalidade de seu material (acervo), acrescidos de suas finalidades educativas.

Nesta mesma direção, Bellotto (2006) sustenta que:

Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm a corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico (BELLOTTO, 2006, p. 35).

Conforme Bellotto (2000), os centros de documentação adquirem as características do material que preservam, podendo apresentar características da Arquivologia, Biblioteconomia ou Museologia, a depender de seu acervo e

da forma como ele é tratado, podendo um mesmo centro ter essas três áreas de conhecimento convivendo harmonicamente, pois esses espaços têm como uma de suas características o fato de abrangerem tipologias de acervo diversificadas referentes a uma mesma temática. Cabe destacar que para cada tipologia de acervo, existe uma forma de tratamento técnico específica, que deve ser respeitada pelos profissionais da instituição.

Neves (2005) caracteriza como peculiaridade desses espaços o fato de serem especializados em determinados assuntos:

Uma característica marcante dos centros de documentação está na sua configuração, ou seja, esses espaços normalmente estão atrelados ao desenvolvimento de trabalhos ligados à área de informação especializada, como o trabalho de organização de arquivos, coleções de revistas, fotografias, jornais e bibliotecas. Esses locais são considerados geradores e produtores de informação, um diferencial para seu funcionamento, porque se tornam imprescindíveis ao desenvolvimento de pesquisas. (NEVES, 2005, p.15).

Sublinhamos, assim, que uma característica dos centros de documentação e memória é serem alinhados a uma temática principal e reunirem acervo relativo a essa temática, ou seja, se especializam em determinado assunto ou área de conhecimento. É significativo mencionar que o conhecimento produzido e registrado por essas instituições deve ter suas informações disponibilizadas a todo usuário, para que haja a democratização e o acesso amplo aos bens culturais ali preservados.

Outra observação relevante proposta pelos autores analisados diz respeito ao trabalho de gestão desses espaços. O almejado é que os gestores das instituições tornem imperativo o trabalho de recuperação, organização e disseminação das informações contidas na entidade que administram, de modo que a política institucional venha a prever a conservação e a preservação documental, proporcionando condições e acesso.

Um documento preservado de forma adequada torna-se um bem cultural de relevância histórica, outorgado de credibilidade e durabilidade, portanto, preservar esses bens implica a manutenção sistemática e fixação de medidas preventivas, como a correção de possíveis danos que surgirem.

Seguindo essa lógica, se faz necessário esclarecer que as ações de conservação compreendem procedimentos específicos contra os agentes

físicos, químicos, biológicos e humanos. Essas ações eliminam ou interrompem o processo de degradação de um documento, ampliam sua vida útil a partir do tratamento contínuo quanto às condições ambientais, manuseio e armazenamento. A primeira ação é a higienização do acervo, que conforme Yamashita e Paletta (2006) é um dos procedimentos mais significativos que há no processo de conservação para preservar a materialidade e a informação.

A Sociedade Polônia, com o intuito de preservar a cultura polonesa, em todas as suas formas de expressão, e contribuir para o estudo da imigração polonesa no estado do Rio Grande do Sul, prevê, em seu estatuto, a criação de:

- a) Biblioteca, museu da imigração, acervo histórico;
- b) Cursos de língua e cultura polonesa;
- c) Grupo de danças folclóricas, teatro, coral, cinema, etc.;
- d) Outras atividades desportivas e culturais conforme necessário (ESTATUTO, 2007, p. 2).

Assim, conforme seu estatuto, entre as finalidades da Sociedade figuram aquelas de dispor de biblioteca, museu e acervo histórico, para que o patrimônio cultural que ela detém ou que a ela venha a ser destinado por seus associados e colaboradores, seja preservado e difundido a todos. Porém, compreendemos que todo acervo não é apenas a acumulação documental, ele necessita de um processamento técnico específico para sua efetiva preservação e divulgação, sendo que estas ações somente terão êxito e serão mais bem estruturadas e classificadas a partir da implantação/configuração como de um Centro de Memória.

O acervo bibliográfico/arquivístico (Figura 25) e tridimensional, museológico (Figuras 26, 27, 28, 29, 30 e 31) da Sociedade Polônia, entidade centenária, pode ser considerado um patrimônio cultural.

Figura 25: Vista parcial da biblioteca da Sociedade Polônia.



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Figuras 26, 27, 28 e 29: Trajes do folclore da Polônia.



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia

Figuras 30: Troféus diversos recebidos em disputas esportivas



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia

Figuras 31: Uniformes usados por associados na II Guerra (1939-1945)



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

A partir de 08 de junho de 2018, foi oficializado o **Termo de Cooperação Científico-Cultural** (Anexo 1) entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e a Sociedade Polônia (Figura 32), tendo como objetivo principal a conjugação de esforços para a preservação do acervo histórico da Sociedade Polônia e o desenvolvimento da pesquisa na área da Educação, História e Ciências da Informação.

Figura 32: Assinatura Termo de Cooperação Científico-Cultural



Fonte: Setor de Comunicação da UFRGS.

Integram a equipe científica da cooperação duas docentes doutoras, pesquisadoras responsáveis pela coordenação de todas as atividades de cooperação da UFRGS que pertencem à Faculdade de Educação (FACED) e à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), além de cinco estudantes bolsistas e duas em estágio curricular do curso de Museologia de 150 horas, este já encerrado. E, em decorrência da oficialização de projetos de pesquisa e extensão, foram concedidas duas bolsas de Iniciação Científica do CNPq para estudantes de graduação para o período agosto de 2018 a julho de 2019, e três bolsas de extensão para o segundo semestre de 2018.

A partir desse Acordo, diversas atividades foram realizadas visando valorizar o acervo histórico-documental, o patrimônio material e imaterial existente na Sociedade Polônia acerca da imigração polonesa, bem como da história de Porto Alegre, em específico do 4^o distrito da Capital.

No rol dessas ações foi oferecida uma disciplina eletiva, no segundo semestre de 2018, junto ao Curso de Museologia da UFRGS, intitulada

Tópicos Especiais em Museografia (BIB03100) que decorre das ações de identificação e conservação preventiva de documentos, sendo seu objeto de estudo e exercícios práticos, sendo que parte do acervo da Sociedade Polônia foi deslocado ao laboratório de conservação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS para higienização e acondicionamento (Figuras 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41).

Figura 33: Alunos na disciplina de Tópicos Especiais em Museografia (2018)



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

Figura 34: Alunos na disciplina de Tópicos Especiais em Museografia (2018)



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

Figura 35: Alunos na disciplina de Tópicos Especiais em Museografia (2018)

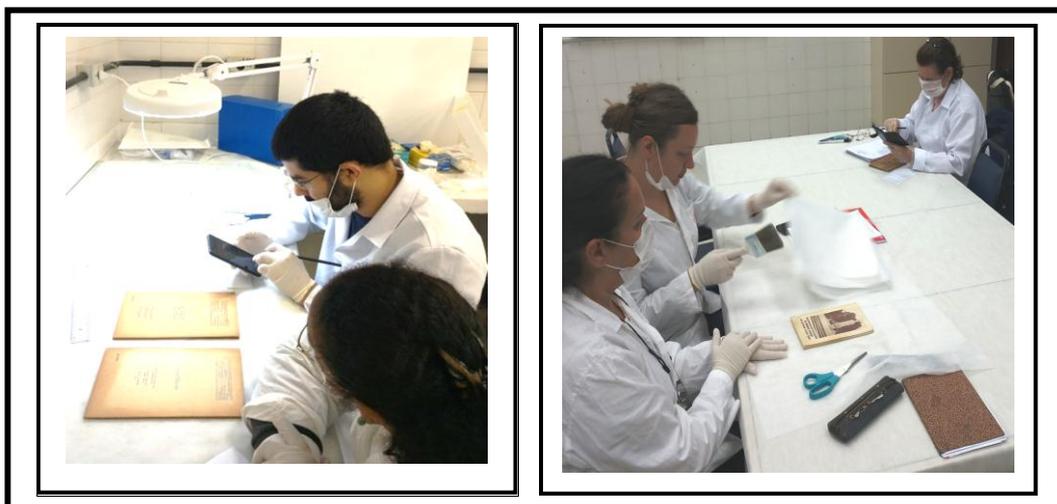


Figura 36: Alunos na disciplina de Tópicos Especiais em Museografia (2018)



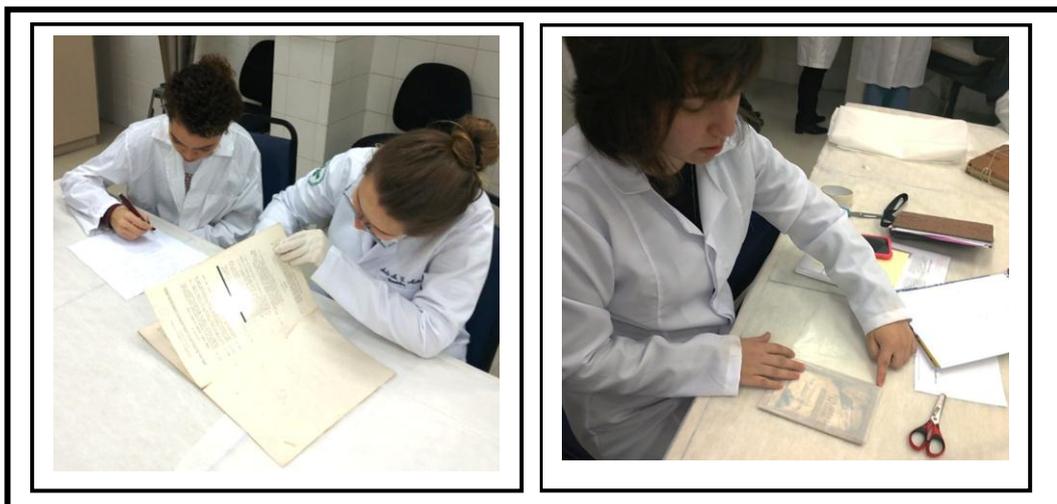
Fonte: Acervo Laboratório de Cultura Material e Conservação (CMC)
Curso de Museologia/UFRGS (2018).

Figura 37: Alunos na disciplina de Tópicos Especiais em Museografia (2018)



Fonte: Acervo Laboratório de Cultura Material e Conservação (CMC)
Curso de Museologia/UFRGS (2018).

Figura 38: Alunos na disciplina de Tópicos Especiais em Museografia (2018)



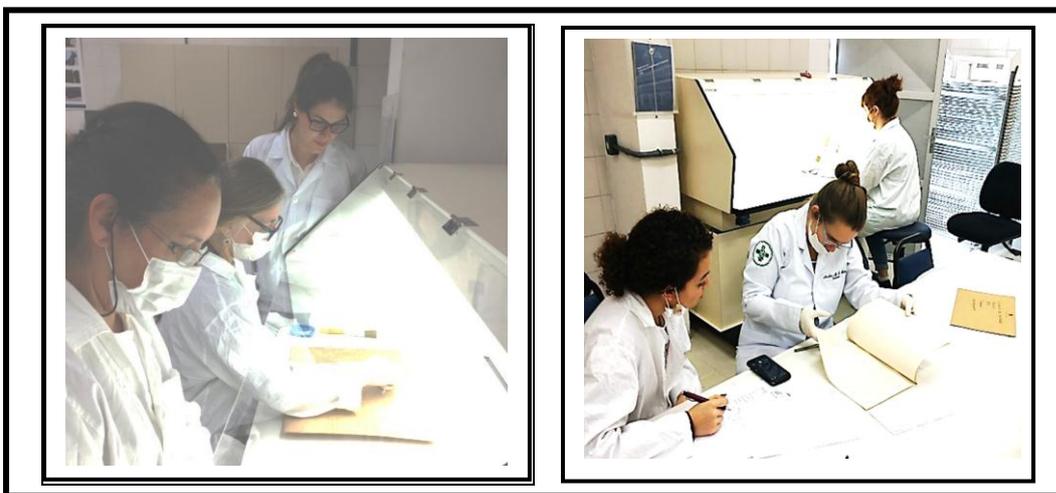
Fonte: Acervo Laboratório de Cultura Material e Conservação (CMC)
Curso de Museologia/UFRGS (2018).

Figura 39: Alunos na disciplina de Tópicos Especiais em Museografia (2018)



Fonte: Acervo Laboratório de Cultura Material e Conservação (CMC)
Curso de Museologia/UFRGS (2018).

Figura 40: Alunos na disciplina de Tópicos Especiais em Museografia (2018)



Fonte: Acervo Laboratório de Cultura Material e Conservação (CMC)
Curso de Museologia/UFRGS (2018).

Figura 41: Alunos na disciplina de Tópicos Especiais em Museografia (2018)



Fonte: Acervo Laboratório de Cultura Material e Conservação (CMC)
Curso de Museologia/UFRGS (2018).

Desde a assinatura deste Termo de Cooperação Científico-Cultural, estão sendo realizadas atividades sistemáticas que incluem:

- a) inventário de documentos bibliográficos e arquivísticos;
- b) identificação de obras – livros, periódicos, documentos;
- c) classificação bibliográfica e arquivística;
- d) formulação de critérios de raridade, valor histórico e prioridades de preservação e musealização;
- e) higienização e acondicionamento de documentos para fins de conservação preventiva.

Vale destacar que as instituições que possuem registros de informação, principalmente em suporte de papel, como é o caso da Sociedade Polônia e do seu futuro Centro de Memória, devem preservar os documentos através da implantação de políticas preventivas de conservação e preservação, pois o acervo é de imensurável valor para a pesquisa e produção de conhecimento. Segundo Yamashita e Paletta (2006):

A conservação e a preservação dos acervos garantem o imprescindível acesso à informação tanto em arquivos quanto em outras unidades de informação. O estado em que se encontram os acervos documentais e bibliográficos de instituições públicas e privadas é o que nos leva a enfatizar a importância de se adotar uma política de preservação, que é a melhor garantia contra a deterioração das coleções, sendo a higienização a primeira ação efetiva para estender a vida útil desses documentos. (YAMASHITA; PALETTA, 2006, p.173).

Nessa perspectiva, estão sendo desenvolvidas na Sociedade Polônia, algumas ações específicas de salvaguarda, com ênfase na conservação dessa documentação. Essas ações incluem o preenchimento de uma ficha de identificação (Anexo II), higienização, acondicionamento e armazenamento de documentos em papel, alguns em estado delicado de deterioração (Figura 42). Essas atividades contam com a participação de equipe multidisciplinar de pesquisadores e estagiários vinculados à UFRGS, como referimos acima.

Figura 42: Ações de conservação preventiva no acervo da Sociedade (2018)

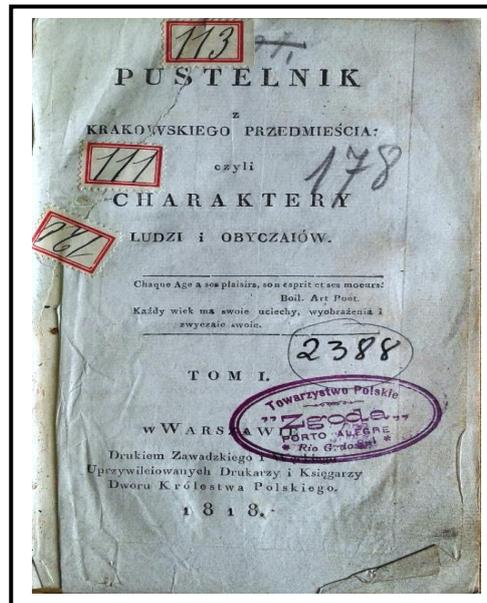


Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

A Sociedade Polônia possui sob sua guarda um acervo reunido no decorrer de mais de 120 anos, possuindo materiais raros e únicos. Podemos exemplificar alguns critérios de raridade que vem sendo utilizados pelas Coordenadoras do Projeto de Extensão desenvolvido dentro do Acordo de Cooperação entre UFRGS e Sociedade (STEPHANOU, 2018):

43); 1) Raridade por antiguidade: livros e impressos do século XIX (Figura

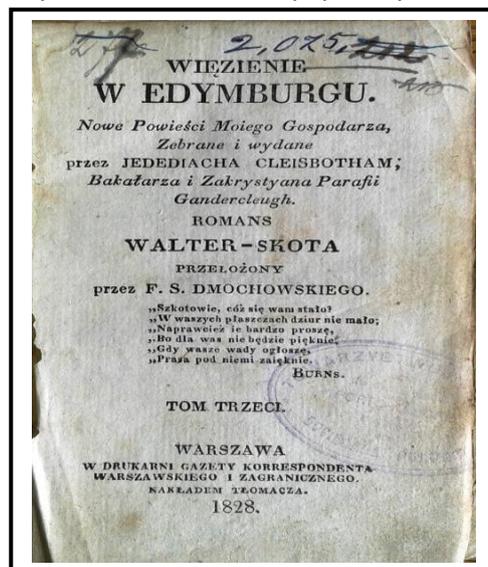
Figura 43 Literatura, autor Gerard Maurycy Witowski, segundo a imagem impresso em 1918



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

b) Raridade segundo critérios de conservação – material frágil que mesmo assim tenha resistido ao tempo (Figura 44);

Figura 44: Literatura, autor Walter Scott, segundo a imagem impresso em 1928, em papel trapo

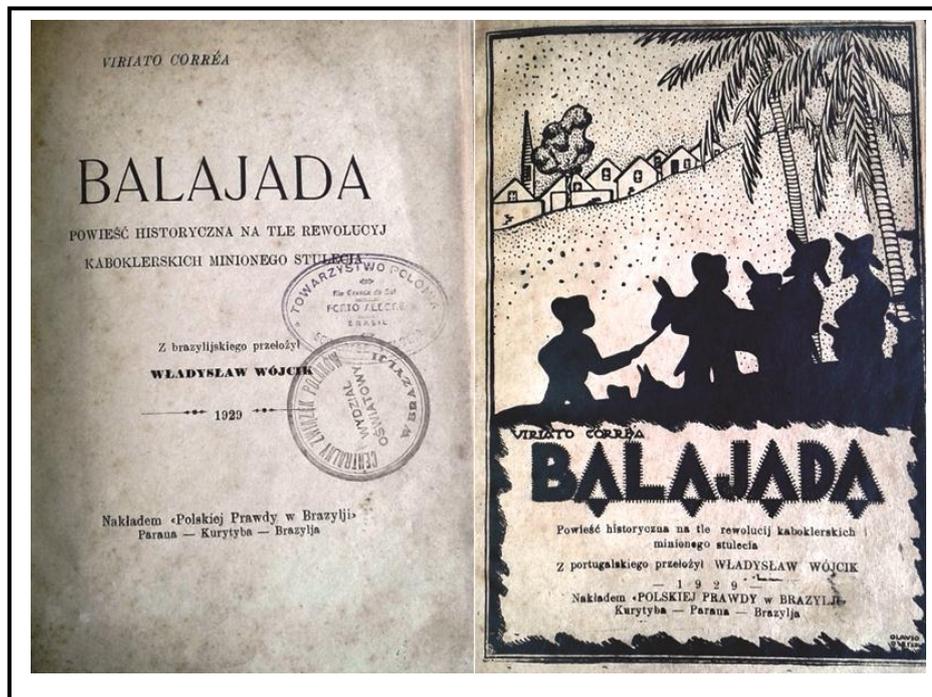


Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

c) Raridade das edições – em polonês de obras clássicas da literatura nacional (Figura 45);

d) Raridade em relação a um contexto nacional/país, impressos no Brasil em idioma polonês (Figura 46);

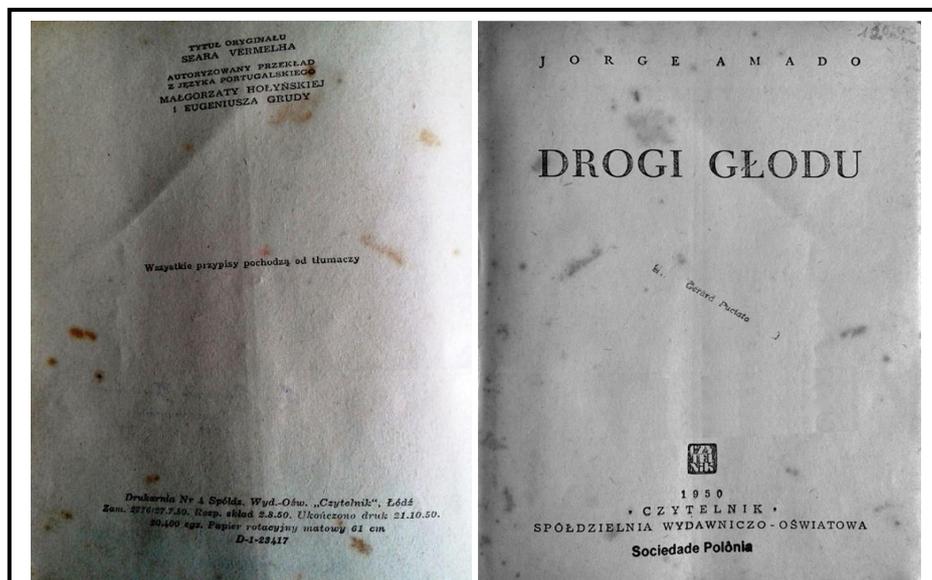
Figura 45 e 46: Balajada, Viriato Corrêa, impresso em Curitiba, 1929.



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

e) Raridade no âmbito literário, como por exemplo Jorge Amado publicado em polonês, na Polônia há mais de 65 anos, e que integra o acervo de Porto Alegre (Figura 47);

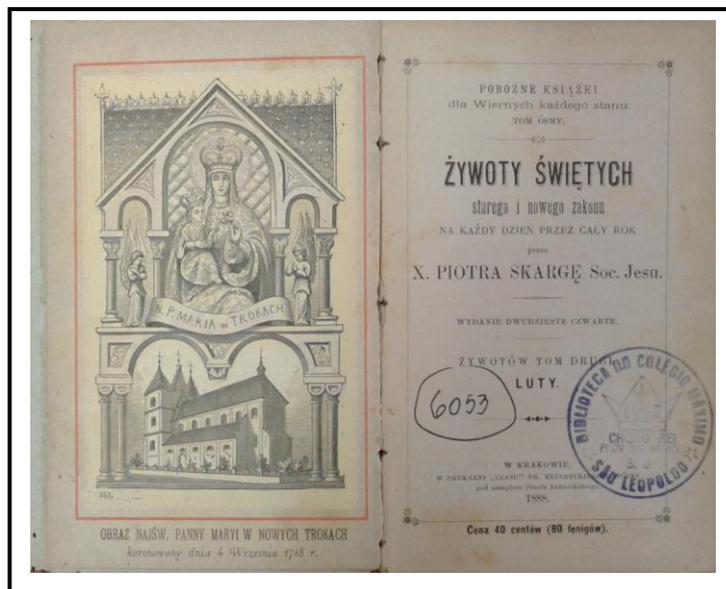
Figura 47: Seara Vermelha, Jorge Amado, impresso em Łódź, Polônia, 1950.



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

f) Raridade do próprio suporte – técnicas de reprodução, ou ilustração, ou encadernação – não mais em produção (Figura 48);

Figura 48: Livro religioso ilustrado, publicado na Polônia, 1888

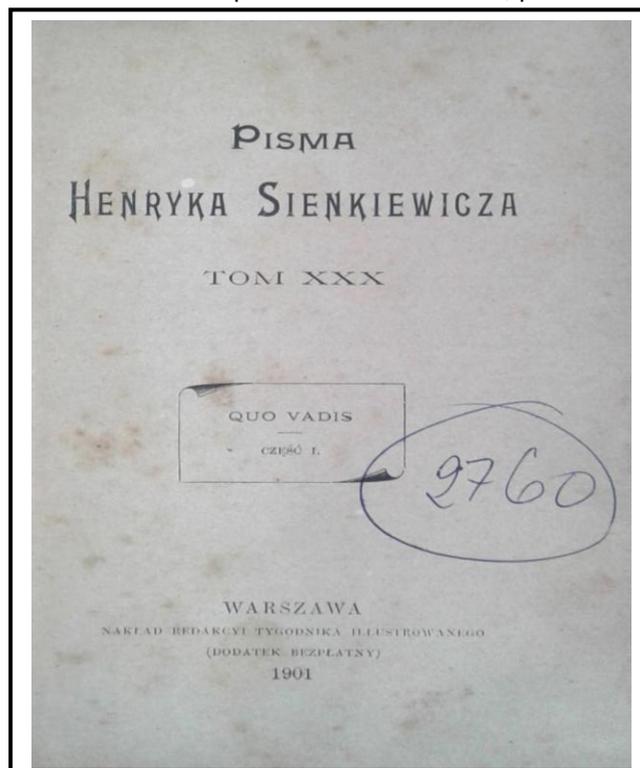


Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

g) Raridade por suas relações com um evento excepcional – exemplo: Prêmio Nobel de literatura (Figura 49);

Figura 49: Quo Vadis, Henryk Sienkiewicz, publicado na Polônia, 1901.

Recebeu o prêmio Nobel em 1905, por esta obra.



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia.

Diversos outros critérios de raridade poderiam ser relacionados, porém julgamos que os arrolados acima são capazes de evidenciar o potencial patrimonial existente no acervo da Sociedade Polônia, que reúne um cabedal de informações acerca da história da imigração e da cultura polonesa que precisa ser preservado e difundido a toda comunidade e, para tal fim, a criação de um centro de memória se faz premente.

Ressaltamos, ainda, a partir de Cortez (1980), que os Centros de Documentação, além de atuarem conforme os propósitos da entidade a que se veiculam, também deveriam:

- Concentrar a informação e centralizar o fornecimento da informação;
- Veicular as informações com rapidez e confiabilidade;
- Apoiar o desenvolvimento da tecnologia informacional da área;
- Manter contato com entidades para intercâmbio e recebimento de informações;
- Significar a *memória* da instituição no que tange as suas finalidades estatutárias;
- Disseminar a informação e o conhecimento, e ser composto de Biblioteca, Arquivo e Museu.

Para Cortez (1980), as operações necessárias para organizar a captação, recuperação e divulgação de informações são intrínsecas a um Centro e, para tanto, precisam viabilizar o desenvolvimento das seguintes obrigações:

- Reunir, selecionar, organizar, arquivar e difundir a documentação do acervo;
- Pesquisar, manter e divulgar as informações de interesse da área;
- Organizar exposições de materiais relevantes;
- Propiciar a manutenção de oficinas periódicas de interesse dos usuários da instituição;

- Incentivar e facilitar o uso do Centro de Documentação a pesquisadores, alunos e à sociedade, aumentando o número de usuários.

Como anteriormente exposto, entendemos que estas afirmações podem ser também aplicadas a um centro de memória, onde predomina a presença de acervos de bibliotecas, arquivos e museus.

Sucintamente, podemos conceber que Centro de Memória é o local para onde devem convergir todas as informações e dados coletados pela instituição; toda a documentação, independente de seu suporte, com a finalidade primordial de divulgar o conhecimento e o patrimônio produzido em sua trajetória institucional.

No caso do Centro de Memória que está em processo de modelização na Sociedade Polônia, sua missão será preservar o patrimônio relativo à história da imigração e da cultura polonesa no Brasil, particularmente na cidade de Porto Alegre, através dos diferentes tipos de acervo que a instituição possui como guardiã de uma coletividade.

A criação e concretização de um Centro de Memória é investimento de longo prazo, porque do reconhecimento do acervo histórico e da informação produzida, surgirá à valorização da instituição que o abriga. Dessa maneira, também percebemos que o Centro de Memória tem potencial para facilitar e promover o desenvolvimento, a longevidade e o progresso da entidade.

Conforme exposto nos capítulos anteriores, a Sociedade Polônia possui um patrimônio material e imaterial que merece ser preservado, pelo seu valor como testemunho histórico da fundação da instituição, mas sobretudo da história da imigração e da cultura polonesa no país e na cidade de Porto Alegre. Este conjunto documental tem servido como referência na busca de informação para pesquisadores e alunos⁶ de várias áreas do conhecimento,

⁶ MALIKOSKI, Adriano. Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul (1875-1939). 2014. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

KLACEWICZ, Ana Carolina. Lendas, mitos e história: estudo sobre as narrativas polonesas e gregas. 2009. 62 f. Trabalho de conclusão(graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Licenciatura em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2009.

MIOR, Paulina Helena Zunluchi. Traje típico polonês. Elementos de ornamentação. 2017. Curso de Moda. Universidade Feevale, 2017.

consistindo numa importante fonte de pesquisa para historiadores, jornalistas, museólogos, artistas, designers de moda, entre outros.

Ressaltamos, contudo, que este material encontra-se em um estado delicado de conservação em virtude da ação do tempo e precisará de diversas ações voltadas ao tratamento técnico para que os mesmos sejam disponibilizados a pesquisadores e à comunidade mais ampla.

A ideia de criação de um Centro de Memória surgiu a partir da necessidade de conservação e preservação do patrimônio histórico-cultural, para disseminação da informação nele contida, bem como da possibilidade de constituir um espaço ou um núcleo de estudo acadêmico direcionado ao ensino e pesquisa, podendo interagir com a área da Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, História, Educação, dentre outras áreas, conforme previsão estatutária da instituição.

O Centro de Memória na Sociedade Polônia terá o objetivo de fornecer aos usuários, alunos e pesquisadores informações relevantes sobre a imigração e a cultura polonesa no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. Dessa maneira, pretende, através do seu acervo, que o público tome conhecimento da existência e relevância do patrimônio salvaguardado pela entidade.

Para que o uso do Centro de Memória seja promovido e estimulado, a Sociedade Polônia deverá investir na consecução institucional do mesmo, bem como em sua divulgação, através de recursos tecnológicos, utilizando mais a internet, criando um site, blogs e redes sociais.

Ao mesmo tempo, para dar maior visibilidade ao Centro de Memória, deverá estimular a visita do público, oferecendo atividades variadas, como oficinas, exposições e palestras acerca de assuntos relacionados à imigração e à cultura polonesa.

Os procedimentos técnicos deverão ser realizados por profissionais especializados, para que a preservação da memória da entidades seja salvaguardada e seu conhecimento disseminado.

É válido mencionar que, para a implantação do Centro de Memória, está sendo efetuado, num primeiro momento, o diagnóstico da situação atual do acervo em suporte de papel existente na entidade, para que seja analisada

a viabilidade de sua implantação. Este diagnóstico vem sendo acompanhado por profissionais específicos e estagiários das áreas da Biblioteconomia, Museologia, História e Educação garantindo a visibilidade da constituição futura do Centro. A partir do diagnóstico, o tratamento técnico será dividido em diferentes etapas, quais sejam: tratamento e higienização, para a preservação do documento e segurança dos usuários; materiais já danificados postos em embalagem protetora até sua restauração; organização por épocas de edição e assuntos; informatização das referências e digitalização de obras do acervo para posterior socialização junto ao público.

Frente ao exposto, consideramos que a criação de um Centro de Memória na Sociedade Polônia está embasado e é viável através dos recursos humanos e financeiros provenientes da instituição Sociedade Polônia e da parceria interinstitucional com a UFRGS.

A criação de um Centro de Memória na Sociedade Polônia possibilitará reunir, armazenar, tratar, recuperar e disseminar os registros referentes a sua história e à história da imigração e da cultura polonesa no Rio Grande do Sul, aqui no Brasil. Procurará estabelecer um espaço de referência regional, como um marco de preservação e conservação da memória dessa etnia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão teve o propósito de demonstrar a relevância da criação de um Centro de Memória junto à associação da sociedade civil, Sociedade Polônia, instituição centenária, criada em Porto Alegre em finais do século XIX. Em sua trajetória histórica, esta Sociedade amechou e constituiu-se como guardiã de parte expressiva do patrimônio material e imaterial da imigração polonesa no país. Através da pesquisa bibliográfica e da análise documental buscou evidenciar as potencialidades e os desafios que ratificassem esta criação.

Partindo desta premissa, a monografia foi dividida em quatro capítulos, sendo seus resultados apresentados a seguir.

Inicialmente, apresentou-se uma breve digressão acerca das motivações que levaram à escolha deste tema de pesquisa. No segundo capítulo foi exposta a experiência histórica da imigração polonesa ao Brasil e, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, procurando demonstrar que sua vinda foi, na maioria, motivada pela própria situação política da Polônia, sendo ela tripartida entre Áustria, Rússia e Prússia, deixando de existir como nação por 123 anos. Os imigrantes aqui chegados procuraram fugir das perseguições sofridas e estiveram imbuídos da busca pela liberdade em outros países.

O terceiro capítulo procurou analisar os conceitos e a origem das associações culturais, bem como investigar a motivação que levou os imigrantes poloneses a fundarem diversas destas agremiações no Rio Grande do Sul e, em especial, na cidade de Porto Alegre. Ainda, neste capítulo, apresentamos brevemente a trajetória histórica da Sociedade Polônia, sua origem, suas atividades, seu patrimônio histórico e cultural e sua contribuição à comunidade porto-alegrense.

Por fim, o quarto capítulo buscou definir e apresentar em que consiste a modalidade organizacional concebida como Centro de Memória, como se constitui esse espaço, onde podem existir coleções que compõem um acervo de diferentes tipologias, que estão inseridos em pelo menos três áreas do conhecimento – Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia. Os centros de

memória possuem a característica de compreender tipologias de acervo diversas, estando vinculados a uma mesma temática e podendo abranger livros, objetos tridimensionais de caráter museológico como uniformes, medalhas e mobiliário, além de documentos produzidos pela instituição, de cunho arquivístico. Sobretudo, os centros de memória compreendem funções de guarda e preservação de acervos.

Considerando que o patrimônio histórico e cultural sob guarda da Sociedade Polônia, ao longo de sua trajetória centenária, é raro e de inestimável significado em informações pertinentes à experiência histórica da imigração e da cultura polonesa, podemos concluir que a criação de um Centro de Memória com esta ênfase temática, além de contemplar um tema quase esquecido e de fomentar sua preservação, servirá para a fundamentação documental a futuras pesquisas, bem como fortalecerá o conhecimento e manterá viva sua identidade. Logo, a implantação de um Centro de Memória na Sociedade Polônia manterá preservada tanto a trajetória da entidade, quanto à história da imigração e da cultura polonesa, garantindo o acesso dessa como memória e patrimônio a todos interessados.

Cabe destacar que a assinatura do Termo Científico-Cultural firmado entre a UFRGS e a Sociedade Polônia é um ato manifesto da importância da etnia polonesa no desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, um dos projetos que estão em andamento tem como objetivo principal concentrar-se em procedimentos de conservação preventiva – identificação, higienização e acondicionamento de documentos, além de sua futura digitalização visando difundir e ampliar o acesso público ao patrimônio cultural que está sob a guarda da Sociedade Polônia, cujo acervo reúne documentos dos séculos XIX e XX, que detém um valor histórico e singular sobre a cultura polonesa, reunida há mais de 120 anos.

Ressaltamos que, no decorrer desta pesquisa, verificamos que existem muitas convergências no que diz respeito às formas de tratamento técnico de acervos e à nomenclatura dos espaços específicos de preservação nas áreas de Biblioteconomia, Arquivologia, História e Museologia. Neste sentido, compreendemos que um centro de memória é o lugar onde todas estas áreas

podem conviver e interagir de forma harmônica, potencializando os recursos e ampliando seus fins.

Como relatamos antes, as históricas dificuldades da Polônia e de seus imigrantes fortaleceram o espírito dos visionários que mantiveram a Sociedade Polônia viva, numa inusitada fidelidade às premissas lançadas pelos seus fundadores há mais de um século.

A Sociedade Polônia está compromissada em manter-se como um referencial de identificação através de suas iniciativas sociais e culturais. Criar e manter um Centro de Memória nessa instituição pode ser um grande desafio, mas ao mesmo tempo é fundamental para a preservação da memória da imigração e da cultura polonesa, bem como para o fortalecimento da identidade étnica em diálogo com as culturas de seu entorno. Sua missão será o apoio à pesquisa, fornecendo ao público a maior quantidade possível de documentos sobre as temáticas que envolvem a história da imigração e a cultura polonesa. Sua ampliação é paulatina e se guiará por critérios técnico-científicos, evitando gastos financeiros desnecessários e de tempo no tratamento do acervo, pois muitos necessitarão de restauro, bem como a digitalização e a elaboração de um *site* que será uma plataforma para a difusão do conhecimento que abrange. Nesse sentido, esse trabalho pretendeu demonstrar a relevância da implantação de um Centro de Memória que vise preservar a história da imigração e da cultura polonesa no país, e em especial em Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Cristina Barbosa de. **Bibliotecas, arquivos e museus: convergências**. In Revista Conhecimento em Ação. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, jan/jun, 2016, p. 164. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/2737>>. Acesso em: 27 set. 2018.

ALMEIDA, J. F.; ZANINI, M. C. C. **Para além da antropologia das perdas: identidades polonesas e memórias**. In: Revista Antares: Letras e Humanidades. Caxias do Sul, vol. 5, n. 10, 2013, p. 157-174. Disponível em: <www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/download/1983/1498>. Acesso em: 26 set. 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos**. Ciências e Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação – RS, Porto Alegre, n. 27, p. 151-166, 2000.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 35.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 69. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL **Código Civil**. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 406**, de 4 de maio de 1938. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De10406.htm. Acesso em: 15 set. 2018.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAGAS, Mário. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

_____. **Cultura, Patrimônio e Memória**. Ciências e Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação – RS, Porto Alegre, n. 31, p.15-29, 2002.

_____. **Em busca do documento Perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação**. In Cadernos de Sociomuseologia, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/534>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

CORTEZ, Maria Tereza. **Centro de Documentação: implantação**. São Paulo: Cortez, 1980.

DEMBICZ Andrzej; SMOLANA Krzysztof. **La presencia polaca en América Latina**. Varsóvia: CESLA, 1993.

_____. **A presença polonesa na América Latina.** Varsóvia: CESLA, 1996.

DILL, Aidê Campello. **Desafio polonês: aspectos históricos da imigração polonesa.** Porto Alegre: Literalis, 2003.

_____. **Polônia dos escombros aos arranha-céus.** Porto Alegre: Suliani Letras & Vida, 2007.

DORTIER, Jean-François. **Dicionário de Ciências Humanas.** São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

Enciclopédia Barsa Universal. 2.ed. São Paulo: Barsa Planeta Internacional, 2009. 18 v.

FERRAZ, Aderiande Pereira. **O panorama linguístico brasileiro: a coexistência de línguas minoritárias com o português.** In Filologia e linguística portuguesa, n. 9, p. 43-73, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59772/62881>> Acesso em: 13 jul 2018.

FENELON, Déia Ribeiro. **Cultura e história social: historiografia e pesquisa.** São Paulo, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12105/8767>>. Acesso em: 19 out 2018.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios.** Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FIGURSKI, Janina. **Crônica da Sociedade Polônia.** Porto Alegre, 1976.

FRATINI, Renata. **Educação patrimonial em arquivos.** Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 34, 2009. Disponível em: <coralx.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4501>. Acesso em 29 set. 2018.

GAGETE, Élida, TOTINI, Beth. **Memória empresarial, uma análise da sua evolução.** In NASSAR, Paulo (org). Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro. São Paulo: Aberje, 2004

GARDOLINSKI, Edmundo. **Imigração e colonização polonesa.** Enciclopédia Rio-grandense. v. 5. Canoas: Regional, 1958.

_____. **Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1976. 138p.

GERHARDT, Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLUCHOWSKI, Kazimierz. **Os poloneses no Brasil**. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski, 2005.

GODOY, Solange de Sampaio. **Museu Histórico Nacional**. São Paulo: banco Safra, 1989.

GRONIEWSKI, Krzysztof: **Polska emigracja zarobkowa w Brazylii, 1871-1914** [A imigração polonesa por motivos econômicos, no Brasil, nos anos 1871-1914], Wrocław, PL: 1972.

_____; STANKIEWICZ, Witold. **Emigração e o país: estudos históricos**. In Academia Polonesa de Ciências. Instituto de História. Varsóvia: PWN, 1981.

HEMPEL, Antônio. **Os poloneses no Brasil**. Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, vol. 7, 1973.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. **Fundamentos da educação patrimonial**. In Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre, n. 27, p. 29, 2000.

IAROCHINSKI, Ulisses. **Saga dos polacos**. Curitiba: U. Iarochinski, 2000.

Infopédia. Porto Editora S. A. Porto. Portugal. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt>>. Acesso em: 20 set. 2018.

IPHAN - **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2018.

KAWKA, M. (1982) **Os brasileirismos do dialeto polono-brasileiro**. In Revista de Estudos Polono-Brasileiros, Curitiba, vol. 1, n.1, 2008.

KULA, Marcin. **A emigração polonesa no Brasil à luz do estudo de pesquisas conduzidas na Polônia**. Varsóvia: CESLA, 1996, p. 15-29.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LOPES, Aline Moreira; PIMENTA, Cristina (Org.). **Como montar um centro de documentação: democratização, organização e acesso ao conhecimento**. Rio de Janeiro: ABIA, 2003.

MALCZEWSKI, Zdzisław. **Os poloneses e seus descendentes no Brasil: esboço histórico e situação atual da colônia polonesa no Brasil**. (Atualizado aos 20 de janeiro de 2016). Disponível em:

<<http://www.polonicoss.com.br/pt/historia/historiapolonii.htm>>. Acesso em: 30 jun 2018.

_____. **Marcas da presença polonesa no Brasil**. Varsóvia: Iberyjska, 2008.

MALIKOSKI, Adriano. **Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande Do Sul, (1875 – 1939)**. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/929?show=full>>. Acesso em: 17 maio 2018.

MARIN, Iraci José. **Imigrantes poloneses afundados num mar italiano**. Caxias do Sul: Maneco, 2014.

MAZUREK, Jerzy. **A Polônia e seus emigrados na América Latina (até 1939)**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação**. In Inf. Inf., Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 - 42, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/18705/pdf_43>. Acesso em: 12 maio 2018.

NEVES, Rogério Xavier. **As possibilidades educacionais dos centros de documentação e memória**. 2005. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000376585&fd=y>>. Acesso em: 04 out. 2018.

NIEVINSKI FILHO, Estácio. **Os poloneses em Porto Alegre**. In: Projeções – Revista De Estudos Polono-Brasileiros, Curitiba, ano VI, nº 1, p. 85-92, 2002.

OLIVEIRA, Márcio de. **Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.22, n.43. Jan./Jun.218- 237, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a12.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO). Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil>>. Acesso em: 24.ago.2018.

PAES, Marilena Leite. **Arquivos: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PAZIN, Márcia. **Criação de Centros de Memória: Memória Institucional E Memória Organizacional**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=944>. Acesso em: 30 set. 2018.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. **Arquivos, memória e justiça: Gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31152>>. Acesso em: 12 set 2018.

PORTO ALEGRE, RS. **Lei Municipal nº 8.353/99**, de 01 de outubro de 1999. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5519/leis-de-porto-alegre>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

RIBEIRO, Tânia Lima. **Memória empresarial e gestão do conhecimento: desafios e perspectivas**. 2007. 96p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://www.puc-campinas.edu.br/event/memoria-empresarial-uma-abordagem-interdisciplinar>>. Acesso em 28 set. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei estadual nº 11.949**, de 28 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/legislacaoEstadual.aspx>> Acesso em: 25 jun. 2018.

ROCHA E TRINDADE, Maria Beatriz da. **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/abordagens-teoricas-sobre-migracoes/47805/#ixzz32rNSQf4c>>. Acesso em: 22 jun 2018.

SAYAD, Abdel. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

SLODKOWSKI, A. C. **Memórias vivas e a polonidade no município de Guarani das Missões/RS**. (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.
SOCIEDADE POLÔNIA. ESTATUTO SOCIAL. Porto Alegre, 2007.

SOUSA, Joab Monteiro de. **Mobilização étnica polonesa em redes sociotécnicas: processos de etnização em comunidades virtuais no ciberespaço**. Reunião Brasileira de Antropologia UFRN/Brasil, 2016. Disponível em: <www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/30rba/index.php?id=55>. Acesso em: 09 ago 2018.

STAWINSKI, Alberto Victor. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)**. Porto Alegre: EST/UCS, 1976.

_____. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)**. 2. ed. Porto Alegre: Edições EST, 1999.

STEPHANOU, Maria. **Ação 36583 – Criação e Implementação de Centro de Documentação: Cooperação UFRGS & Sociedade Polônia**. Porto Alegre, 2018.

_____. **Afinar silêncios de uma imprensa quase invisível: impressos em língua polonesa no Brasil desde finais do século XIX**. In LUCA< Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria (org.). Imprensa estrangeira publicada no Brasil. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2017.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo, Arquivo Público do Estado / Imprensa Oficial do Estado, 2003.

VARINE-BOHAN, Hugues de. **Os museus do mundo**. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.

WACHOWICZ, Ruy Christóvam. **A conjuntura emigratória polonesa no século XIX**. In Anais da comunidade brasileira - polonesa. Curitiba: julho de 1970.

_____. **Órleans. Um século de subsistência**. Curitiba: Editora. Paiol, Fundação Cultural de Curitiba, PR, 1976.

_____. **Uma comunidade camponesa**. Curitiba: Real Artes Gráficas Ltda., 1977.

_____. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural Casa Romário Martins, 1981.

_____. **Paraná sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

_____, **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1999.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3 ed. Brasília: Editora UNB, 1994. Vol.1.

WEBER, Regina. **Historiografia da imigração polonesa: entre números e identidades**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH julho, 2011.

_____; WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. **Historiografia da imigração polonesa: avaliação em perspectiva dos estudos sobre o Rio Grande do**

Sul, In Revista História Unisinos, São Leopoldo: PPGH Unisinos, Vol. 16, nº 1, janeiro/abril, 2012. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.161.14/831>>. Acesso em: 18 jun.2018.

WONSOWSKI, João Ladislau. **Nos peraus do rio das Antas: núcleo de emigrantes poloneses da ex-colônia Alfredo Chaves (1890)**. Porto Alegre, EST/UCS, 1976.

YAMASHITA, Marina Mayumi; PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. **Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais**. Arquivística.net. Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.172-184, ago./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (Brasil)**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 140 - 163, set/dez. 2008. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/743/654>>. Acesso em: 24 ago 2018.

ZDANOWSKI, Feliks Bernard. **Kalendarz Polski**. Porto Alegre: F. B. Zdanowskiego, 1898.

ZEUS, Edmundo. **A febre brasileira na imigração polonesa**. In: Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa. Curitiba, V. 1, 1970.

ANEXO 1 – TERMO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-CULTURAL



Serviço Público Federal
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

TERMO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-CULTURAL N° /2018

Termo de Cooperação Científico-Cultural que entre si celebram a Sociedade Polônia e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

A **Sociedade Polônia**, associação civil, com sede na Avenida São Pedro, 778, São Geraldo – Porto Alegre/RS, CEP: 90230-123, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 92.998.277/0001-73, neste ato representada por seu Presidente, **Mariano Hossa**, e a **Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**, Instituição de Ensino Superior localizada na Av. Paulo Gama n.º 110, Bairro Farroupilha, nesta Capital - RS, CEP: 90040-060, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 92.969.856/0001-98, neste ato representada por seu Reitor, Sr. **Rui Vicente Oppermann**, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Científico-Cultural:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a conjugação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento de pesquisas na área da Educação, História e Ciências da Informação. Estas ações têm o propósito de unir esforços para a investigação, incremento e incentivo da pesquisa documental acerca da imigração polonesa na constituição da população brasileira, principalmente no Rio Grande do Sul, assim como objetiva a transmissão do patrimônio cultural tangível a futuras gerações, assegurando a sua conservação.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'aw'.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'hy'.

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - À Sociedade Polônia caberá:

- a) Implementar, através de sua Presidência, as ações referentes ao presente Termo de Cooperação Científico-Cultural;
- b) Elaborar, em conjunto com a UFRGS, através da Faculdade de Educação, propostas de valorização do seu acervo histórico-cultural, atividades de capacitação e outras referentes ao objeto deste Termo de Cooperação Científico-Cultural;
- c) Disponibilizar espaço físico para o desenvolvimento das ações de capacitação, pesquisa e extensão a serem propostos a partir desse Termo de Cooperação Científico-Cultural;
- d) Disponibilizar o material necessário que será utilizado nas pesquisas pelos estagiários e docentes da UFRGS;
- e) Disponibilizar à UFRGS acesso às informações já existentes, se necessário, para subsidiar o desenvolvimento do projeto vinculado a este Termo de Cooperação Científico-Cultural;
- f) Divulgar os cursos e as ações resultantes desta parceria;
- g) Assegurar o reconhecimento público de autoria e parceria das iniciativas empreendidas sob vigência deste Termo de Cooperação Científico-Cultural.

II - À UFRGS caberá:

- a) Implementar, através do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS (FACED/UFRGS), Linha de História, Memória e Educação, as ações referentes ao presente Termo de Cooperação Científico-Cultural;
- b) Disponibilizar espaço físico para o desenvolvimento das ações de capacitação, pesquisa e extensão a serem propostas a partir desse Termo



de Cooperação Científico-Cultural;

c) Disponibilizar materiais específicos a serem utilizados em atividades de pesquisa, organização de acervos documentais, cursos de capacitação de estudantes e docentes da UFRGS, bem como de representantes da Sociedade Polônia;

d) Divulgar amplamente as ações resultantes desta parceria;

e) Prestar assessoria e orientação técnica em pesquisas nas áreas de História, Educação e afins.

f) Assegurar o reconhecimento público de autoria e parceria das iniciativas empreendidas sob vigência deste Termo de Cooperação Científico-Cultural.

Parágrafo Único: as ações de extensão, capacitação e pesquisa previstas nesta cláusula serão executadas através de termos específicos e serão cadastradas, oportunamente, em seus respectivos sistemas eletrônicos de registro.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO

Os trâmites necessários ao fiel cumprimento das cláusulas do presente Termo de Cooperação Científico-Cultural deverão ser mantidos e acompanhados pela Presidência da Sociedade Polônia e/ou por seu representante e pela UFRGS. Desde já ficam designados como responsáveis:

1) pela UFRGS:

- **MARIA STEPHANOU**, CPF: 371293250-20; SIAPE: 356278, Professora Titular do Departamento de Ensino e Currículo da FAGED/UFRGS, com atuação junto ao PPGEDU/FAGED/UFRGS, exercendo a Coordenação da Linha de Pesquisa História, Memória e Educação.



2) pela Sociedade Polônia:

- **LEDA MARIA CIELUSINSKI MESQUITA**, CPF: 413.183.150-34, OAB/RS 33.449, Assessora Administrativa da Sociedade Polônia e Graduanda em Biblioteconomia da UFRGS.

CLÁUSULA QUINTA

DA EFICÁCIA

O presente Termo de Cooperação Científico-Cultural terá eficácia após a sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA

DA RESCISÃO

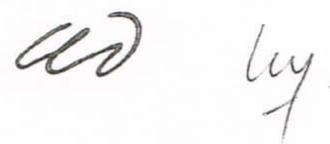
O presente Termo de Cooperação Científico-Cultural poderá ser denunciado por escrito, rescindido a qualquer momento por iniciativa de uma das partes, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA RESERVA DE INFORMAÇÕES

Na execução das atividades que forem especificamente realizadas pela Sociedade Polônia, por força deste Termo de Cooperação Científico-Cultural, a UFRGS se obriga a guardar sigilo sobre as mesmas, desde que formalmente identificadas como sigilosas.

A UFRGS poderá utilizar os dados gerados nas atividades desenvolvidas pelo projeto para fins de ensino, pesquisa e extensão, bem como para fins de publicações científicas e de popularização da pesquisa, mediante a consulta prévia à Sociedade Polônia, assegurando as autorias dos envolvidos e, quando for o caso, mantendo sob sigilo a identidade de pessoas envolvidas.



CLÁUSULA OITAVA*DA VIGÊNCIA*

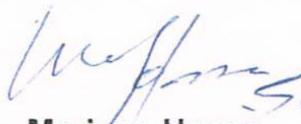
O presente Termo de Cooperação Científico-Cultural terá vigência por quatro (04) anos, a contar da assinatura, podendo ser alterado e/ou prorrogado, de comum acordo, mediante a celebração de Termos Aditivos.

CLÁUSULA NONA*DO FORO*

Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Porto Alegre, para dirimir as questões divergentes decorrentes do presente Termo de Cooperação Científico-Cultural.

E, assim, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o Presente Termo de Cooperação Científico-Cultural em três (03) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Porto Alegre, de de 2018.



Mariano Hossa

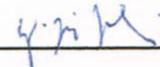
Presidente da Sociedade Polônia



Rui Vicente Oppermann

Reitor da UFRGS

Testemunhas:

1.  2. 
 RG nº 2003544408 RG nº 9008279011

ANEXO 2 – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

ASSUNTO:
TÍTULO:
TRADUÇÃO:
ANO:
IMPRESSO EM:
OBSERVAÇÕES:
FICHADO:
DATA:

ASSUNTO:
TÍTULO:
TRADUÇÃO:
ANO:
IMPRESSO EM:
OBSERVAÇÕES:
FICHADO:
DATA: